

É Tempo de Governar Portugal

PROGRAMA
ELEITORAL
DE GOVERNO



Vamos Cumprir.



**É tempo
de Governar
Portugal**



100-100000

410-100

410-100

410-100

410-100

410-100

410-100

410-100

410-100

410-100

410-100

410-100

410-100

410-100

410-100

410-100

410-100

410-100

410-100

410-100

410-100

410-100

410-100



Uma Ideia para Portugal

Não me conformo com um Portugal remetido, na Europa, a um estatuto de segunda classe.

Não me conformo com a ideia de que Portugal tem de ser um país socialmente dividido e polarizado, marcado pelo atraso cultural relativamente aos países com os quais partilha o mesmo espaço de inserção e por um conseqüente complexo de inferioridade das suas chamadas elites.

Não me conformo com a ideia de um Portugal constituído por uma multidão de pessoas permanentemente assistidas ou dependentes do apoio do Estado. De um Estado que abusa e que atrapalha a sua vida. De um Estado que tantas vezes comanda e controla excessivamente a sua iniciativa, mas que os cidadãos verdadeiramente não respeitam, por não sentirem vocacionado para cumprir as funções que lhe devem caber no quadro de uma sociedade moderna, aberta e participada.

Não me conformo com um país dividido entre cidadãos de primeira e cidadãos de segunda, no qual os recursos económicos ou a influência social constituem tantas vezes o factor determinante. Um país em que grande parte da população continua remetida a uma intolerável discriminação e a não beneficiar dos frutos de um progresso que acaba assim por ser mais aparente do que real.

Não me conformo com a anestesia cívica de tantos sectores da sociedade portuguesa, que se refugiam no conformismo e fatalismo tradicionais ou que então se remetem à posição cínica de aproveitar os múltiplos estrangulamentos e enviesamentos do sistema em proveito próprio.

Não me conformo com a ideia de que os portugueses têm de ficar relegados a fazer, na Europa, o que os outros não querem, reduzidos a um estatuto periférico ou de marginalidade que alimenta sentimentos de impotência e ressentimento e que destrói as energias da comunidade nacional.

Não me conformo com a ideia de um Portugal potência despicienda ou insignificante, apenas

arrastada pelas iniciativas de outras, condicionada na formação e expressão da sua vontade no plano internacional.

Não me conformo com um governo que se limita a “navegar” à vista, ignorando por completo a necessidade de preparar Portugal para as profundas e cada vez mais rápidas mudanças do sistema económico internacional e que se demitiu, em absoluto, de formular um projecto ou uma ideia directriz, deixando assim “às escuras” os decisores nacionais, que se vêem privados de um quadro global de referência e que são naturalmente penalizados quando, em confronto com concorrentes internacionais, assistem à perda relativa dos factores de competitividade de Portugal no plano externo.


Não me conformo nem me resigno com este estado de coisas porque acredito que existem no país capacidades, recursos e energias bastantes para sermos uma Nação forte, confiante em si própria, capaz de desempenhar um papel que em muito transcenda a sua dimensão geográfica, demográfica ou económica.

Acredito que importa antes de mais contrapor a este estado de coisas uma ideia para Portugal. Que é necessário e indispensável uma linha de condução estratégica. Que Portugal tem de encontrar os consensos que lhe permitam reequacionar a sua posição e vocação próprias e projectar os seus interesses como Nação num mundo cada vez mais interdependente e globalizado.

Acredito que a ideia mobilizadora em torno da qual se podem reunir os apoios e os impulsos necessários reside na recuperação de Portugal relativamente aos seus parceiros, de modo a atingir os níveis de desenvolvimento médio da União Europeia. Porque Portugal não pode resignar-se a um estatuto de inferioridade. Portugal pode atingir os 80% da média europeia em termos de PIB/per capita, no decurso da próxima legislatura. Em cerca de 15 anos deveremos alcançar a média dos nossos parceiros europeus.

Acredito que ao longo da sua história Portugal demonstrou ser capaz de fazer muito com muito pouco, de assumir responsabilidades e de enfrentar desafios cuja dimensão assustaria mesmo os mais poderosos.

Acredito que a sociedade portuguesa tem condições de adaptação, dinamismo e criatividade susceptíveis de encontrar as respostas mais adequadas aos desafios com que se confronta. Porque acredito que, em Portugal, o problema não reside na sociedade ou nos cidadãos, mas sobretudo no Estado, na Administração Pública e nas pretensas elites que, por opções erradas e sedimentação de práticas restritivas da iniciativa e da capacidade



individuais,contribuíram para conduzir o país à posição de relativo atraso em que ainda se encontra.Portugal também pode e deve vencer na sociedade da informação.

Acredito que a política é importante e deve fazer a diferença. Porque acredito que não é o Estado que deve dirigir a sociedade, mas que é fundamental que a dirigir o Estado estejam uma política e uma prática capazes de ver na sociedade o motor e a dinâmica do desenvolvimento. Porque acredito no ímpeto reformador indispensável à radical mudança de hábitos antigos e de tiques de comportamento mais ou menos consolidados. Porque acredito na necessidade de promover uma efectiva igualdade de oportunidades.

Acredito que é importante a capacidade e a vontade reformadora da política.Porque,ainda que sem ilusões quanto à possibilidade de tudo reformar do ponto de vista estrutural, acredito que existe no nosso país uma vontade consistente e sustentada para criar,manter e desenvolver as alianças necessárias ao progresso e à defesa consequente do interesse nacional num mundo cada vez mais globalizado.

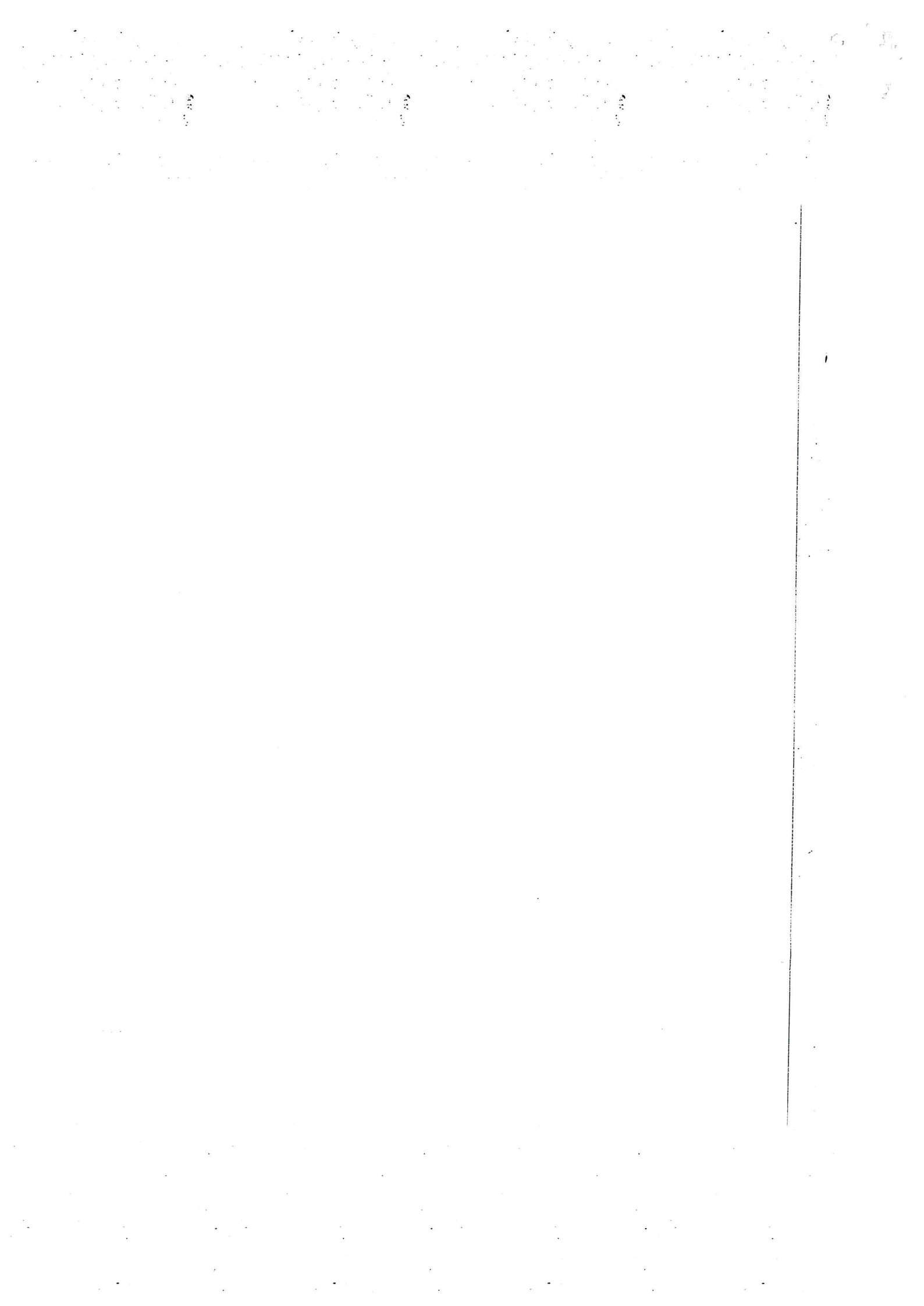
Acima de tudo não me conformo porque acredito nos portugueses e em Portugal.

José Manuel Durão Barroso

José Manuel Durão Barroso



introdução





1- Um Programa Diferente

Existe entre nós a ideia, mais ou menos generalizada, de que os programas eleitorais de governo são normalmente documentos que ninguém lê a não ser quando por algum motivo a isso se vê obrigado, repositórios algo burocráticos de medidas ou intenções tantas vezes óbvias, pior ou melhor embrulhadas em longos e aborrecidos considerandos políticos. E a verdade é que esses catálogos de políticas quase sempre conseguem deixar o eleitor desorientado quanto àquilo que afinal constitui a linha de rumo ou a orientação geral de uma determinada força partidária.

Correndo embora o risco de incompreensão, por parte daqueles que há muito definiram os limites da aceitabilidade daquilo que deve ser um programa "politicamente correcto", o PSD optou por seguir outro caminho: formular de um modo tão directo quanto possível os compromissos com que nos apresentamos ao eleitorado. O que este programa contém, por decisão assumida, é apenas o núcleo essencial das nossas propostas, aquilo que caracteriza a nossa ideia para Portugal, aquilo que nos separa dos nossos adversários políticos.

O texto do programa é, naturalmente, o resultado de complexos e demorados estudos, elaborados a partir da própria experiência governativa do PSD (em especial da década decorrida entre 1985 e 1995) e também da análise crítica da actuação do actual executivo socialista. Ao apresentar apenas a súmula das conclusões de todos os estudos e análises feitos, estamos a dar provas de que nos queremos dirigir a um auditório tão vasto quanto possível. Mas a opção pela apresentação sistemática e simplificada das medidas que propomos tem ainda subjacente uma preocupação de responsabilização política, porquanto permite a cada eleitor acompanhar a respectiva execução e fiscalizar de modo efectivo o seu grau de cumprimento.

É essa mesma lógica que explica que o programa se inicie com a enumeração de um conjunto de cinco medidas a que chamámos emblemáticas e a cuja implementação atribuímos carácter prioritário. Medidas nas áreas da segurança social, da saúde, da fiscalidade, da agricultura e da educação e que respondem a preocupações de dignidade, de equidade e de justiça, mas que traduzem também um sentido de futuro. Medidas que são, além disso, a concretização prática das nossas orientações políticas fundamentais.

Desde logo a definição de uma forte prioridade pelo domínio social, nomeadamente nas áreas da saúde e da solidariedade. Porque se trata, antes do mais, de uma exigência de justiça. De


garantir, a amplos e esquecidos sectores da nossa sociedade, um conjunto mínimo de condições de vida compatíveis com a dignidade de todo o ser humano. De combater a pobreza e a exclusão que, para além de eticamente intoleráveis, têm contribuído para gerar desequilíbrios sociais perturbadores da nossa vida colectiva.

No capítulo fiscal, conduzidos igualmente por uma preocupação de equidade, apresentamos uma proposta concreta de desagravamento dos impostos, cujos benefícios mais directos se farão sentir nas chamadas classes médias. De facto, este importante sector da nossa sociedade e, muito em particular, os trabalhadores por conta de outrem, têm visto os seus legítimos interesses sistematicamente preteridos face aos privilégios intocados de uma minoria cúmplice de um Estado fiscalmente arbitrário. E, se essa é uma situação que só uma profunda reforma tributária e uma genuína vontade política podem resolver, não é menos verdade que uma intervenção no domínio fiscal como aquela que propomos é já um passo importante no sentido de recompensar quem o merece.

Apresentamos também uma medida emblemática na área da agricultura, por considerarmos que este é, sem dúvida, um dos sectores mais penalizados com a integração de Portugal na União Europeia e com a incompetência negocial do actual governo, tornando-se assim imprescindível dar um sinal inequívoco da nossa confiança no futuro do mundo rural português.

Enquanto comunidade nacional temos vindo a testemunhar um aprofundamento do fosso que separa a chamada "província" de alguns pólos urbanos mais desenvolvidos. Mas muitas vezes esquece-se que a progressiva desertificação do interior também se reflecte de forma directa no agravamento das condições nas áreas urbanas e suburbanas onde problemas como a pobreza, a falta de qualidade de vida ou o consumo de droga atingem níveis cada vez mais preocupantes. Daí a preocupação - presente ao longo de todo o programa - de adoptar medidas de equilíbrio entre as diversas regiões do país, numa lógica capaz de garantir uma adequada harmonização entre uma perspectiva dinâmica de desenvolvimento e o respeito por certos elementos essenciais que definem os traços mais profundos da nossa identidade enquanto Nação secular.

Preocupa-nos de igual forma a preparação do futuro, razão que explica o porquê de uma medida emblemática na área da educação, um sector reconhecidamente de importância estratégica para o desenvolvimento das capacidades nacionais num mundo cada vez mais globalizado. O nosso país tem vindo a perder a sua capacidade competitiva e isso decorre também da incapacidade demonstrada pelo sector educativo em dar resposta à exigência de qualidade e à emergência e generalização da sociedade de informação. Os jovens portugueses não estão de facto a ser preparados para os desafios radicalmente diversos deste novo tempo



e a medida que propomos insere-se justamente numa lógica de inversão dessa tendência,visando pôr fim às situações gritantes de analfabetismo funcional em áreas fundamentais de cultura científica.

Mas estas medidas emblemáticas não são importantes apenas por combaterem intoleráveis males endémicos da sociedade ou por serem a tradução mais apreensível de uma certa orientação política.Têm igualmente uma componente simbólica,nova no nosso país,pois não se trata de meras promessas mas de verdadeiros compromissos que o PSD assume, de forma quantificada e calendarizada. Compromissos formais e não meras declarações vagas ou de carácter genérico.Compromissos cuja implementação os cidadãos poderão facilmente verificar.Compromissos cujo incumprimento traduziria uma quebra da relação de confiança com os eleitores da qual o PSD não poderia deixar de retirar a única consequência possível.Hoje,quando se fala cada vez mais da necessidade de os políticos prestarem contas das suas atitudes perante aqueles que os elegeram,queremos contribuir para introduzir na política portuguesa um novo conceito de ética de responsabilidade em que os políticos tomem a iniciativa de assumir os seus erros e incapacidades,não esperando pelo veredicto popular agarrados aos seus lugares.

2 - A coragem das reformas

Os quatro anos da legislatura que agora chega ao seu termo foram indiscutivelmente os anos da oportunidade perdida.O nosso país está cada vez menos preparado para enfrentar os desafios que o início do novo milénio vai trazer.Mais preocupado em gerir o viver habitualmente do que em preparar as mudanças requeridas pela nova conjuntura internacional,o actual governo está a hipotecar o futuro de Portugal.Sacrificando os desígnios nacionais ao seu desejo de perpetuação no poder,o Partido Socialista adiou sistematicamente,com receio da impopularidade, a implementação das medidas indispensáveis, recorrendo para isso aos expedientes mais diversos.Todas as reformas estruturais foram adiadas.Da fiscalidade à saúde,passando pela Administração Pública ou pela segurança social,praticamente tudo ficou por fazer.

Só que os problemas não desaparecem pelo simples facto de os ignorarmos.Ao contrário,adensam-se e agravam-se.Nos últimos anos o governo português gozou de uma rara conjugação favorável de condições,tanto no plano internacional quanto a nível

interno. Perdeu-se uma oportunidade única para empreender as mudanças de que o país carece. Agora as mudanças continuam a ser indispensáveis, mas os seus custos serão maiores.

O que está hoje em causa, diferentemente do que ocorreu num passado não muito distante, já não é sequer a natureza das reformas. Foram produzidos múltiplos estudos e análises. Tudo ou quase tudo foi já estudado. O que tem faltado é a coragem política para as levar a cabo.

Queremos por isso dar de novo aos portugueses um Governo capaz de agir com determinação, convicto dos princípios porque se rege e dos valores que o norteiam. Um governo capaz de definir as melhores soluções, de decidir com eficácia, de não fugir quando é confrontado com questões difíceis. Um governo cuja acção seja norteada pela intransigente defesa do interesse nacional. Um governo que dialogue e explique, com transparência, os motivos das suas decisões, mas que não adie as reformas de que o país carece.

O PSD deu provas bastantes, ao longo da história da nossa democracia, da sua capacidade para empreender as rupturas necessárias, para enfrentar os interesses instalados, para combater os estrangulamentos que punham em causa o desenvolvimento do país. A capacidade de decidir e a coragem de empreender são valores firmes do ideário e da prática dos governos do PSD. Os portugueses sabem por isso que podem confiar no cumprimento de outro compromisso firme que aqui se assume: o de levar a cabo as reformas estruturais de que o país carece em áreas fundamentais e que o actual governo não quis ou não foi capaz de fazer.

3 - Um Estado ao serviço das pessoas

Temos uma ideia para Portugal. Por isso queremos, nos próximos quatro anos, iniciar um novo ciclo político em cuja definição todos os Portugueses sejam chamados a participar, dando o melhor da sua inteligência, do seu querer, da sua capacidade, da sua vontade, da sua determinação.

Queremos uma sociedade de iniciativa, confiante em si própria, que acredite na realização de um futuro melhor, assente na dinâmica e na capacidade de empreender dos cidadãos. Acreditamos que a autonomia da sociedade é a solução mais capaz de produzir desenvolvimento e riqueza. Mas reputamos indispensável a existência de mecanismos de correcção das desigualdades e de redistribuição da riqueza que assegurem o bem-estar de todos os cidadãos, eliminem espaços de segregação e exclusão e garantam a coesão dessa mesma sociedade.



Mas também não defendemos a generalização de um clima de assistência social, porque ele reduz a dignidade do indivíduo. Queremos afirmar a cidadania, não queremos encorajar o conformismo. Queremos incentivar a iniciativa, não queremos recompensar a dependência.

Temos assim de ser capazes de encontrar uma forma diferente de governar que desperte as energias da sociedade. Uma maneira de governar que compreenda quando é que o Estado deve estar presente e quando deve abandonar o palco, deixando o caminho livre aos cidadãos e às suas organizações e empresas.

Fala-se hoje muito, por todo o Mundo, de uma inelutável e omnipresente confluência entre o discurso ideológico das principais formações partidárias, fruto em grande medida das características estruturais das sociedades contemporâneas e do apaziguamento ideológico subsequente à queda do comunismo e ao final da Guerra Fria. A distinção far-se-ia assim mais por via do estilo de intervenção política, do que propriamente pela natureza da mensagem transmitida. O nosso país não seria, naturalmente, excepção a essa tendência generalizada

Um programa eleitoral de Governo não é de todo o local indicado para proceder a uma análise teórica sobre esta questão. Mas, por nós, recusamo-nos a aceitar que a política se tenha transformado no império da forma. Consideramos, ao invés, que os dois únicos partidos que podem aspirar a ser governo - o Partido Social-Democrata e o Partido Socialista - apresentam ideias diferentes para Portugal.

E essa diferença decorre de um modo radicalmente diverso de encarar a relação entre o Estado e a Sociedade. Para o PSD o Estado é uma entidade de carácter instrumental, um meio para a realização de certos fins. Para os socialistas a sociedade surge como objecto da acção do Estado, a cujos desígnios é, em consequência, subalternizada. Entre a sociedade e o Estado nós preferimos a primeira. O PS privilegia o segundo.

Não esquecemos, nem nós nem os portugueses, como o PS foi cúmplice de tantas medidas colectivizadoras que prejudicaram o nosso país e cujos efeitos negativos ainda se fazem actualmente sentir ou como se opôs, até ao limite do possível, às privatizações e à abertura de diversos sectores da nossa economia à iniciativa privada. Mais por força dos acontecimentos do que por genuína convicção o PS foi forçado a mudar o posicionamento e a alterar o seu discurso. Conforta-nos aliás registar como o Partido Socialista hoje reclama como sendo seus princípios, ideias, valores, propostas, medidas que constituíram, desde a primeira hora, bandeiras do PPD/PSD. Mas se o PS abandonou a sua ortodoxia estatizante não perdeu a sua orientação estatista. A sua obsessão em garantir, a todo o custo, a manutenção intocada de aparelhos administrativos que já demonstraram a sua perversidade e a total incapacidade para resolver os problemas dos respectivos utentes é disso prova evidente. Como o é igualmente a tentativa mais ou menos dissimulada de promover uma verdadeira gestão política da economia, a começar pelas empresas privatizadas, mas que continuam em boa verdade com uma lógica

de empresas públicas a partir das posições que o Estado nelas conserva.

O PSD, por seu lado, coloca-se na posição inversa. O que nos preocupa são as pessoas, não é o sistema. E se os sistemas públicos não funcionam há que ter a coragem de os reformar profundamente. Há que submetê-los à lógica da concorrência, condição indispensável ao acréscimo da sua eficácia. Há que garantir, em todos os domínios, a efectivação do direito à livre escolha entre o público e o privado, seja na saúde, na segurança social ou na educação.

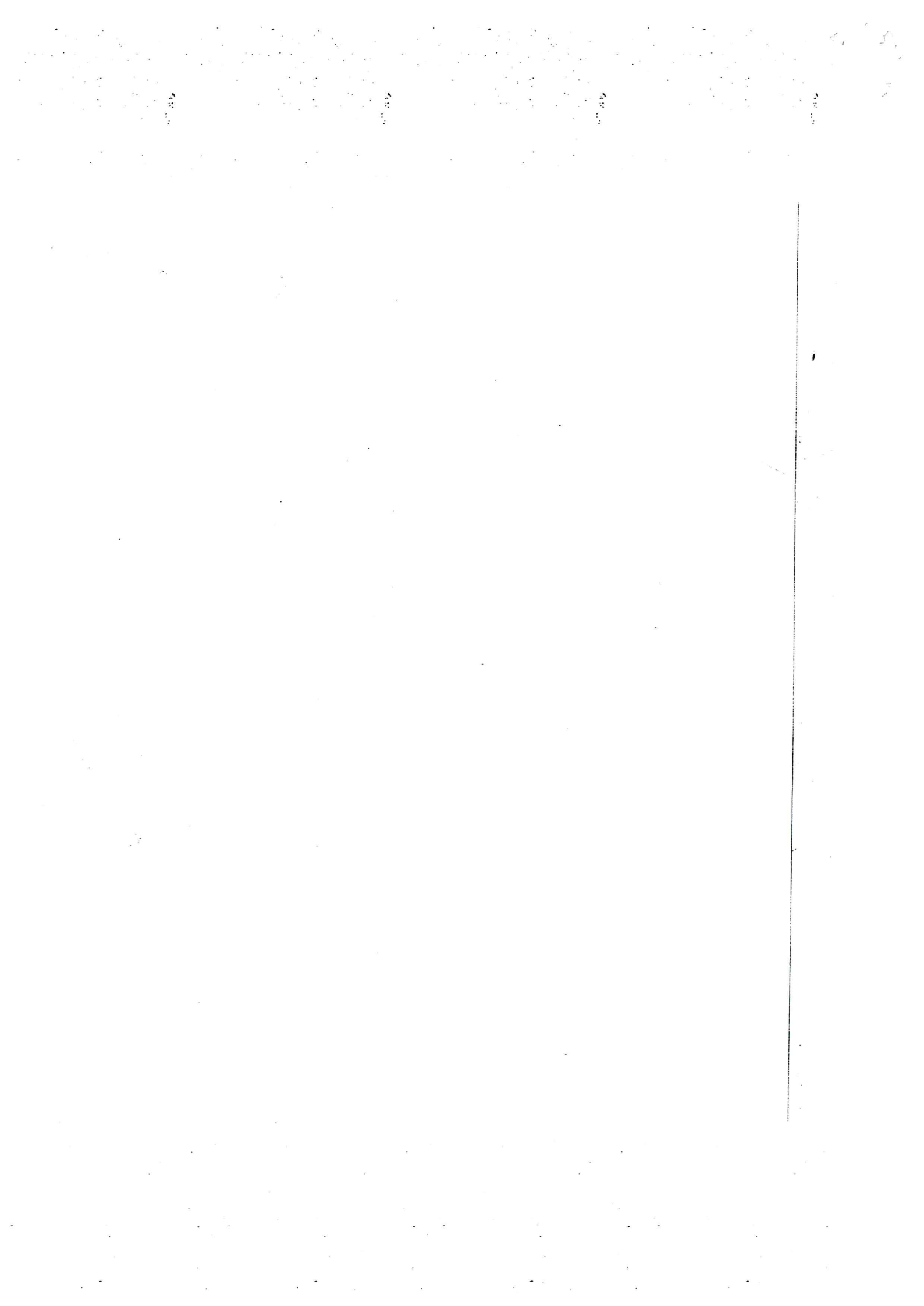
Defendemos a aplicação, nas relações entre o Estado e a sociedade, do princípio da subsidiariedade. Não queremos um Estado que intervenha demais, atrapalhando a vida das pessoas ou questionando a sua autonomia. Não somos socialistas. Também não queremos um Estado "mínimo", que se demita das suas responsabilidades de regulação da vida colectiva, que tolere os abusos dos poderosos e subalternize as necessidades dos mais desprotegidos. Não somos liberais-individualistas. Porque somos social-democratas, queremos o Estado na sua justa medida. Um Estado que intervenha para corrigir os desequilíbrios e as injustiças.

Devolver poder aos cidadãos e às instituições sociais mais espontâneas, como é o caso da família. Apoiar as suas iniciativas. Incentivar a sua intervenção. Facilitar a sua actuação. Guardar para o Estado aquilo que por natureza lhe compete ou aquilo que reconhecidamente é capaz de fazer melhor. Esta é a ideia primária que influencia as políticas definidas ao longo deste programa.

Um conjunto de políticas cujo objectivo estratégico é o de realizar a convergência real com os nossos parceiros europeus. Portugal não pode resignar-se a um estatuto de segunda classe na Europa. Portugal pode e deve, com coragem e capacidade de decidir, atingir os 80% da média europeia em termos de PIB/per capita, no decurso da próxima legislatura. Em cerca de 15 anos deveremos alcançar a média dos nossos parceiros europeus. Visar abaixo disto é continuar a pensar de modo pequeno e medíocre. É alimentar o conformismo actualmente dominante. É remeter o nosso progresso para as calendas gregas e desmoralizar as forças com maior capacidade para empreender a mudança.

Este objectivo estratégico nacional encontra-se presente no desenho das diversas políticas e, embora estas se refiram, naturalmente, a múltiplos sectores, é importante que não se perca a imagem de conjunto e a ideia do Portugal que queremos construir: um Portugal mais justo, cada vez mais capaz de assegurar uma real igualdade de oportunidades a todos os cidadãos. Um Portugal desenvolvido e prestigiado, capaz de ocupar o lugar que lhe cabe no concerto das nações.

Cinco Compromissos **Urgentes**





Na Segurança Social

Criar uma Pensão Mínima Nacional de valor igual a 40 contos

Na Saúde

Acabar com as listas de espera em consultas e cirurgias no prazo de 2 anos

Na Fiscalidade

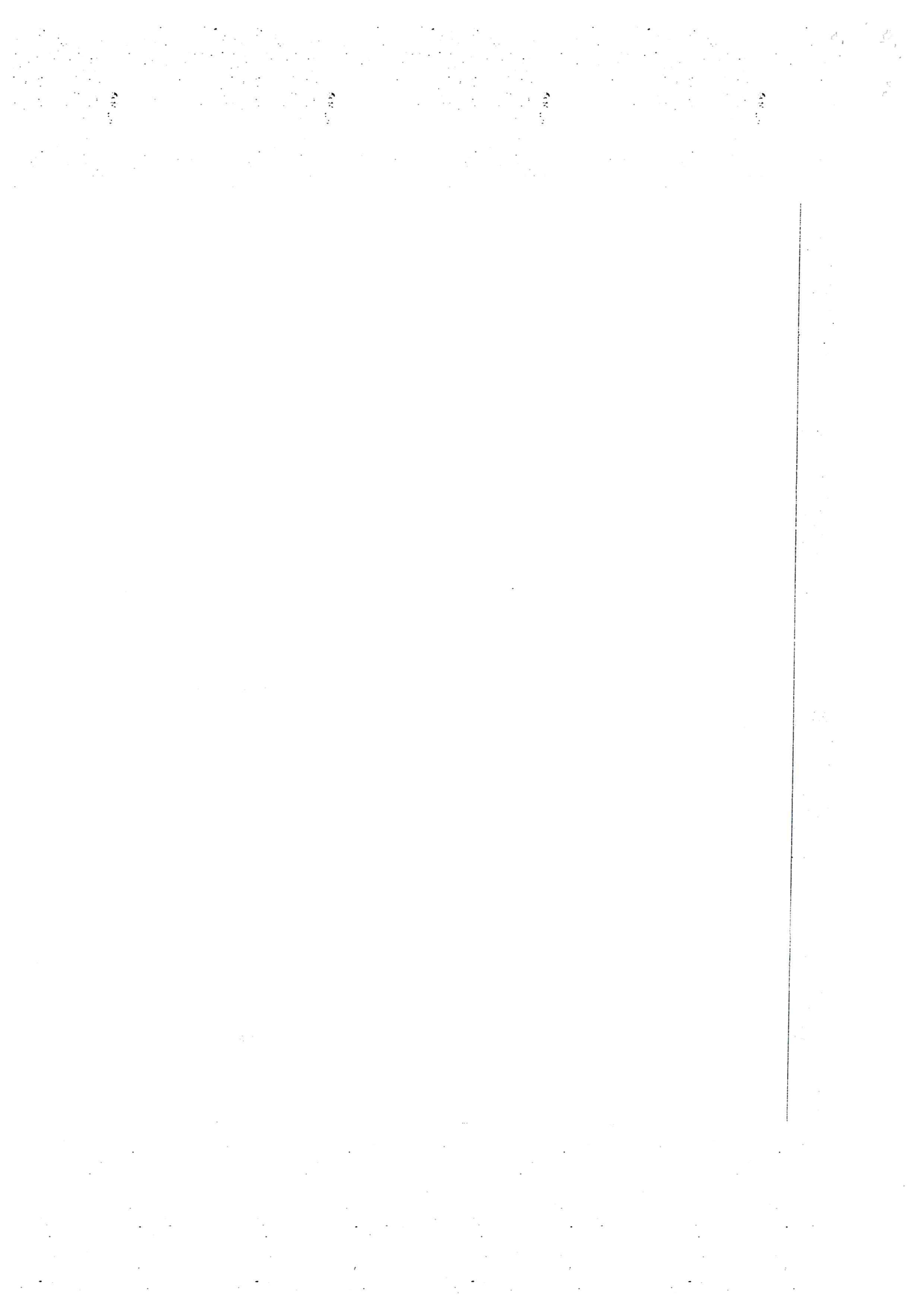
Reduzir em 10% o IRS procedendo a um alargamento dos escalões

Na Agricultura

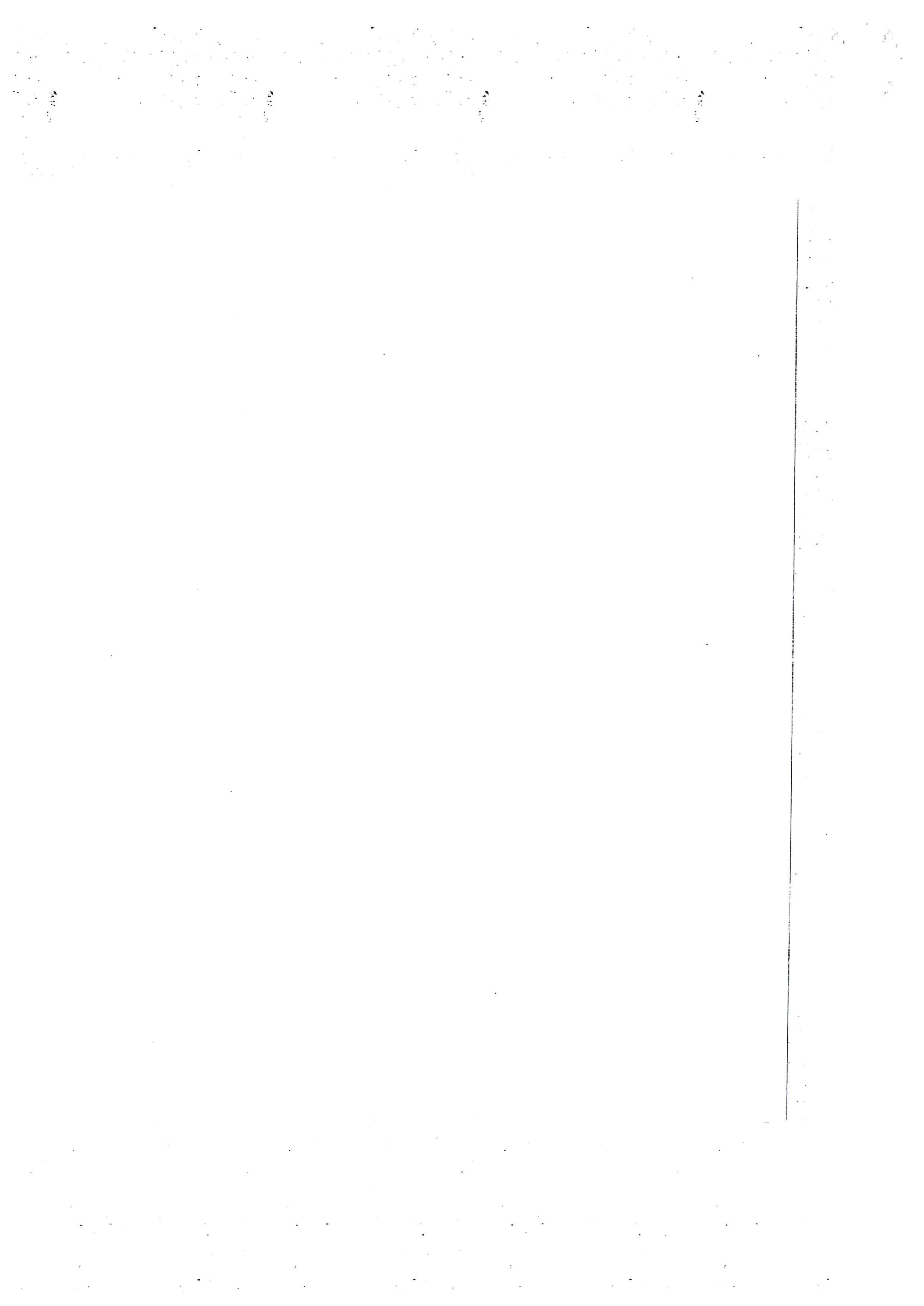
Criar uma ajuda directa mínima aos pequenos agricultores no valor de 300 contos

Na Educação

Implementar um Plano Nacional de Ensino da matemática e das ciências.



O Futuro não pode esperar
A Coragem
das Reformas





Saúde

- Acabar no prazo de 2 anos com as listas de espera nas consultas e nas cirurgias;
- Aumentar em 10% a comparticipação no preço de medicamentos utilizados pelas pessoas mais carenciadas;
- Lançar um Programa visando a humanização dos serviços e a melhoria do acolhimento dos doentes hospitalares;
- Participar pelo Serviço Nacional de Saúde as análises clínicas, exames radiológicos e outros meios complementares requisitados pelos médicos em actividade privada, eliminando-se assim o actual mecanismo de transcrição;
- Dar ao doente a liberdade de escolha entre o sector público e privado na prestação de cuidados de saúde;
- Dar maior protecção a doentes crónicos e a doentes idosos, através da instalação de rede de unidades de acolhimento hospitalar e de cuidados domiciliários;
- Implementar a receita médica renovável, especialmente para doentes crónicos;
- Possibilitar a marcação de consulta pelo telefone em todos os centros de saúde e hospitais;
- Desenvolver programas de prevenção das doenças evitáveis;
- Promover a gestão privada de hospitais públicos, a qual já evidenciou maior eficiência;
- Fazer uma Lei de Gestão de Serviços de Saúde que consagre a autonomia e a responsabilidade dos serviços e dê incentivos à qualidade, à produtividade e à satisfação dos utentes;
- Desenvolver o plano integrado de acesso aos serviços em situação de urgência, separando as situações de acidentados e emergentes das situações de urgência

efectiva, estabelecendo para estas uma diversidade de soluções que não passem só pelo recurso aos serviços de urgência dos hospitais;

- Incentivar os seguros de saúde, aumentando a respectiva dedução fiscal;
- Privilegiar o desenvolvimento das carreiras com subordinação à qualificação técnica e técnico-científica;
- Estabelecer diversidade contratual para os profissionais de saúde: a par da existência de um quadro haverá lugar a outras formas contratuais previstas na lei;
- Promover a separação progressiva entre actividade pública e privada por parte dos profissionais do sector.

Caberá ao Estado, em exclusivo, a função reguladora da actividade dos serviços públicos e privados, impondo, designadamente, critérios de qualidade e de desempenho, sob forma preferencialmente contratualizada.

O financiamento será assegurado fundamentalmente por impostos e taxas moderadoras. No entanto, com o objectivo de reduzir a pressão financeira que os gastos com a Saúde exercem directamente sobre os orçamentos familiares, será incentivada a contratação de seguros de saúde, aumentando as respectivas deduções em IRS.

Será implementada a identificação inequívoca do cidadão perante o Sistema de Saúde, quer em relação à envolvente de protecção de que beneficia (SNS, subsistemas, seguros de saúde, etc.) quer em relação à especificidade das suas necessidades de cuidados de saúde e a coordenação entre serviços de saúde, eliminando as barreiras burocráticas entre Centros de Saúde e Hospitais.

Será também estabelecida separação entre entidades financiadoras e entidades prestadoras de cuidados de saúde; assegurar-se-á a prestação plural, pública e privada, introduzindo-se gradualmente uma lógica de concorrencialidade e contratualização, orientada para a melhoria da qualidade, para o aumento da satisfação dos utentes e para a eficiência do sistema.

Com este enquadramento e obedecendo a valores de equidade, solidariedade e melhoria continuada da acessibilidade, desenvolver-se-á com carácter prioritário um conjunto de medidas tendo como centro o cidadão e orientadas por objectivos de maior satisfação do utente, redução dos encargos familiares por aumento da eficiência e controlo eficaz dos gastos públicos.



Segurança Social

- Aumentar as pensões mínimas de modo a que a Pensão Mínima Nacional seja de 40 contos;
- Reformar a Segurança Social, utilizando para isso receitas provenientes das privatizações e designadamente abrindo o capital social da Caixa Geral de Depósitos a pequenos investidores (incluindo emigrantes), mas mantendo o Estado a maioria do capital;
- Introduzir um sistema de limitação de contribuições, favorecendo a conjugação com um sistema baseado na capitalização gerido por entidades privadas;
- Alterar os mecanismos de financiamento da Segurança Social, de modo a diversificar as suas fontes de receita;
- Contratar com entidades privadas a cobrança de dívidas à Segurança Social.

Deve existir por parte do Estado uma clara consciência que um dos seus grandes objectivos é o de assegurar a continuidade do sistema de Segurança Social. Nessa medida, o PSD defendê-la-á no presente e, contrariamente ao que acontece hoje, prepará-la-á para o futuro.

Devemos proceder às reformas salvaguardando os direitos dos cidadãos. No entanto, estas reformas não devem ser feitas à custa dos trabalhadores e por essa razão se propõe a canalização das receitas das privatizações.

O PSD criará uma nova maneira de pensar a Segurança Social que permita torná-la mais independente do poder político, designadamente criando um quadro legal de atribuição de subsídios.

O Rendimento Mínimo Garantido deverá ser mantido e melhorado no sentido de servir efectivamente como um instrumento de inserção social.

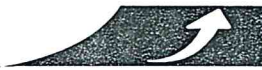
As relações entre os serviços e os utentes serão alteradas de modo a que qualquer cidadão possa ter imediato acesso aos seus direitos e conhecer em qualquer momento a sua situação perante a Segurança Social.



Educação

- Implementar, no prazo de um ano, um Plano Nacional de emergência para o ensino da matemática e das ciências;
- Instituir faseadamente o aumento da escolaridade obrigatória para onze anos possibilitando simultaneamente a todos os que o desejem, a frequência nos dois últimos anos de um ensino profissional que lhes garanta, no final do seu percurso escolar, uma formação adequada à inserção no mercado de trabalho;
- Criar condições que garantam, em todos os níveis do ensino, uma efectiva igualdade de oportunidades, através da concretização do direito de livre escolha entre o ensino público e o ensino privado;
- Cindir, ao nível governamental, a área da educação, em dois departamentos: o Ministério da Educação e o Ministério do Ensino Superior e da Ciência;
- Criar um programa de desenvolvimento do ensino da língua e cultura portuguesas, que permita aumentar os desempenhos na leitura e na escrita, logo a partir do 1º ciclo do ensino básico;
- Introduzir a obrigatoriedade do ensino de uma língua estrangeira, nomeadamente o Inglês, logo a partir do primeiro ciclo do ensino básico;
- Instituir as Contas Poupança Educação com benefícios fiscais idênticos aos das restantes Contas Poupança;
- Regulamentar o Mecenato Educativo previsto na lei de financiamento do ensino superior e torná-lo extensivo aos diferentes níveis de ensino;
- Aumentar em média 20% e no mais curto prazo, o número de vagas dos cursos do ensino superior mais procurados;
- Simplificar o sistema de acesso ao ensino superior, reduzindo o número de exames a realizar e tornando mais transparente e justo o sistema de classificações;

- Profissionalizar a gestão escolar, através de um programa de apoio à formação de gestores;
- Aumentar o investimento em recursos educativos (bibliotecas, laboratórios, centros multimédia, etc.) e instalações, nomeadamente desportivas;
- Aumentar o número de professores e de escolas de educação especial;
- Incrementar o ritmo de instalação de novos estabelecimentos de ensino pré-escolar de forma a que, no prazo da legislatura, sejam atingidos, pelo menos, os 90% de taxa de frequência;
- Apostar, como meio do combate à desertificação do interior, na implementação de uma linha de Universidades nas cidades capital de distrito, recorrendo nomeadamente à criação de Universidades Públicas em Viseu e Bragança;
- Profissionalizar a gestão dos estabelecimentos de ensino superior público;
- Promover e institucionalizar a cooperação entre estabelecimentos do ensino superior (Universidades e Politécnicos) e o mundo empresarial;
- Criar escolas de excelência no ensino secundário, com a cooperação de entidades privadas e da sociedade civil, para obter centros pilotos de vanguarda do ensino de novas tecnologias e de novos métodos pedagógicos;
- Incrementar a integração de instituições do ensino superior portuguesas nas redes internacionais do conhecimento, nomeadamente em contacto com instituições norte-americanas, de modo a transformar progressivamente Portugal numa placa giratória dos contactos universitários e da comunidade científica mundial;
- Recorrer, quando necessário, à colaboração de docentes e investigadores estrangeiros de elevada craveira, no quadro de programas visando a elevação do valor da comunidade científica internacional ;
- Disponibilizar um computador por cada professor do ensino básico e secundário;
- Apostar na formação informática do corpo docente;



- **Equipar as escolas com o objectivo de atingir o “ratio” de um computador por cada três alunos;**
- **Estender a todas as escolas (do ensino básico e secundário) a acessibilidade gratuita à Internet;**
- **Criar um programa de financiamento para a aquisição de computadores por todos os estudantes do ensino superior, com juro à taxa zero e pagamento em cinco anos.**

Após duas décadas de crescimento acentuado do sistema educativo, o desafio que se coloca à sociedade portuguesa é o de qualificar a formação das novas gerações em torno de competências que as preparem para uma inserção dinâmica no mercado de trabalho e, acima de tudo, na estruturação de uma nova cidadania, assente em valores e condutas abertas à inovação, à mudança e à defesa dos princípios do humanismo universalizante, da liberdade e da democracia representativa.

Cada vez mais, as políticas educativas devem orientar-se pela preocupação de fazer melhor, pela responsabilização perante a sociedade de cumprir objectivos e pela mobilização de todos os agentes educativos para ganhar os desafios que o mundo actual nos coloca. Neste sentido, pouco significado terá o aumento da despesa pública em educação. Mais importante do que gastar mais, é gastar melhor e de forma mais racionalizada, com efeitos multiplicados.

A nossa preocupação relativamente ao sistema de ensino centra-se nos primeiros anos do trajecto educativo: o pré-primário e o 1º ciclo do ensino básico. Estamos conscientes de que muito há a fazer, desde o alargamento da rede pré-escolar à formação de professores, do combate ao abandono à inovação pedagógica e didáctica, da estruturação uma cultura de exigência e de rigor à promoção do mérito entre alunos, professores e escolas.

Preocupa-nos o desenvolvimento de uma cultura científica, base indispensável para enfrentar os desafios da sociedade de informação, da complexificação tecnológica e da mutabilidade permanente dos sistemas sociais e culturais.





Fiscalidade

- Baixar em 10% o IRS através de um alargamento de escalões, a fim de assegurar maior justiça fiscal;
- Reduzir o IRC para a generalidade das empresas, concomitantemente com a revisão dos benefícios fiscais existentes;
- Reformar a contribuição autárquica de modo a torná-la mais equitativa;
- Abolir a Sisa e o Imposto sobre Sucessões e Doações ;
- Abolir o Imposto de selo sobre operações bancárias;
- Dar mais poderes e melhores meios à Administração Fiscal, de modo a permitir um efectivo combate à evasão e fraude, assim contribuindo para uma maior equidade do esforço fiscal;
- Aumentar as deduções à colecta associadas a formas de poupança de longo prazo ou ligadas a fins socialmente prioritários, como é o caso dos PPR, dos PPA, das contas Poupança-Habitação e das contas Poupança-Educação.
- Permitir o desconto em IRS de parte dos vencimentos e impostos pagos pelas famílias a pessoas ao seu serviço;

As medidas propostas têm como pano de fundo o facto de se pensar que a evolução das finanças públicas portuguesas deve assentar numa diminuição da despesa pública, a qual só deverá crescer na exacta medida do crescimento nominal do PIB, o que, naturalmente, implica reformas estruturais em diversos sectores da Administração do Estado. Neste contexto, afigura-se perfeitamente plausível propor um significativo desagravamento fiscal, de preferência nas áreas acima citadas. Tal conjunto de medidas e este enquadramento deve separar claramente a linha de rumo do PSD face ao actual Governo que, nos objectivos apresentados perante as instâncias comunitárias, para cumprimento do Pacto de Estabilidade, faz assentar a redução do défice no aumento muito significativo da receita fiscal, pressagiando um agravamento da carga fiscal nos próximos anos.

Além disso, dever-se-ão privilegiar as acções conducentes a reforçar os meios de actuação da Administração Fiscal, mormente apostando no desenvolvimento informático e na melhoria qualitativa dos meios humanos, agilizando as estruturas operativas e dotando-a de quadros adequadamente preparados e remunerados em vez do que faz o actual Governo, que pretende uma tributação cada vez mais assente em métodos indirectos e com base em presunções, que conduzem ao aumento das injustiças fiscais e desprotegem os contribuintes.



Justiça

- **Lançar um Programa de Emergência para o combate à morosidade dos Tribunais, através nomeadamente:**
 - Da informatização completa e actualizada dos Tribunais e Secretarias Judiciais, esforço a ser acompanhado de uma permanente formação dos juizes e funcionários, permitindo a interconexão de dados e o contacto à distância;
 - Da criação de brigadas de recuperação, que poderão integrar magistrados e funcionários aposentados que o requeiram e que serão afectos aos tribunais com grandes atrasos;
- **Alterar a composição e o funcionamento do Conselho Superior de Magistratura e o estatuto do Procurador Geral da República, estabelecendo mecanismos acrescidos de responsabilização e fiscalização;**
- **Reestruturar a divisão judicial do país, atendendo às estatísticas relativas ao número de processos, apostando na agregação e na criação de novas comarcas;**
- **Dotar a Polícia Judiciária de meios científicos, técnicos, materiais e humanos modernos, actualizados e suficientes para um efectivo combate à criminalidade e à corrupção;**
- **Criar um processo judicial urgente para todos os crimes que possam pôr em causa o bom nome e a honorabilidade das pessoas;**
- **Reformar o sistema prisional com a construção de novas cadeias especialmente concebidas para esse fim, a modernização das existentes, a formação dos guardas prisionais e a separação dos detidos tendo em conta a natureza do crime, a idade e o seu estado de saúde, propiciando um verdadeiro acompanhamento dos detidos tendo em vista a sua reinserção social;**
- **Criar Tribunais Permanentes de Arbitragem, que propiciem uma real alternativa aos Tribunais Judiciais;**
- **Criar um Instituto do Defensor Público, em colaboração com a Ordem dos Advogados, que passe a assegurar o apoio judiciário de todos os que não**

possuam meios para contratarem um advogado;

- Tornar obrigatório o início de carreira dos magistrados judiciais pelo Ministério Público, como forma de permitir aos futuros juizes a aquisição de maior experiência antes de assumirem as responsabilidades da função;
- Conferir prioridade máxima para apoios especiais às crianças, com a consequente adopção de medidas exemplares contra os abusos sexuais, os maus tratos familiares e o abandono;
- Simplificar os processos de adopção;
- Alargar os casos de obrigatoriedade de registo e restringir a obrigatoriedade de reconhecimentos notariais ou escrituras públicas a casos excepcionais;
- Liberalizar os serviços de notariado;
- Criar a figura de Notário-Conservador que, dotado dos meios informáticos necessários, possa realizar a escritura e registá-la imediatamente;
- Criar condições para que as decisões da 1ª instância sejam concluídas no prazo médio de 6 meses.

A Justiça tem que se ser justa, o que significa também ser eficaz e célere. Hoje não o é!

A Justiça em Portugal perdeu o seu significado material, tornando-se num permanente conflito entre corporações. É urgente reposicionar a questão.

São necessários mais meios financeiros para novos Tribunais, novos instrumentos de polícia criminal, novas prisões, mais magistrados. Mas o dinheiro não é a única solução.

Importa privilegiar a resolução dos litígios de forma extrajudicial pelas vias da conciliação e da arbitragem, atribuindo aos advogados e a associações económicas e de consumidores um papel reforçado nestas áreas.

É necessário atacar de frente o problema do acesso à justiça e do apoio judiciário de pessoas carenciadas, criando um corpo de advogados em colaboração com a Ordem com essa exclusiva função, evitando-se assim conflitos de interesses e situações menos próprias que o actual sistema potencia.

Impõe-se valorizar as magistraturas pelo seu papel essencial na aplicação da Justiça, prevendo, no entanto, medidas proporcionais de autocontrolo. Em Democracia é essencial que todos os poderes se encontrem legitimados e fiscalizados.



Estado e Organização do Poder Político

- Alterar a Lei Eleitoral para a Assembleia da República, de forma a aproximar os eleitores dos eleitos, através nomeadamente da consagração de círculos uninominais;
- Afirmar plenamente o princípio da subsidiaridade entre o Estado e as Autarquias Locais, transferindo para estas todas as competências que possam ser melhor desempenhadas por elas do que pelo Estado;
- Rever a Lei das Finanças Locais, de forma a permitir acompanhar as transferências de competências com os meios financeiros correspondentes, aumentando progressivamente de 8% para 18% da despesa pública as transferências para as autarquias;
- Rever a lei eleitoral para as Autarquias Locais, de forma a criar Câmaras Municipais homogéneas e politicamente responsáveis perante as respectivas Assembleias Municipais;
- Abrir o poder legislativo aos cidadãos, atribuindo-lhes directamente a iniciativa de lei junto da Assembleia da República;
- Potenciar a utilização dos referendos nacionais e locais, alargando a autonomia de intervenção dos cidadãos;
- Alterar o papel das Freguesias nos grandes centros urbanos, conferindo-lhes maiores competências e meios financeiros, incentivando as associações entre Freguesias e permitindo-lhes intervir em apoio de associações de moradores e dos condomínios.
- Alterar a legislação sobre Partidos Políticos, nomeadamente no que toca ao respectivo processo de financiamento, introduzindo soluções que aumentem a transparência no seu funcionamento;
- Alterar a legislação sobre os titulares dos cargos políticos de forma a valorizar o seu estatuto, mas também a reforçar os mecanismos de controle sobre a sua actuação.

O desenvolvimento económico e social acelerado de Portugal nos últimos quinze anos potenciou uma maior intervenção social dos portugueses e a reivindicação legítima de uma maior participação na direcção da coisa pública.

A este incremento de intervenção dos cidadãos, os Partidos Políticos e o Sistema de Governo não souberam ou puderam responder, criando ou propiciando intervenções marginais ao sistema, frustrando os cidadãos e potenciando o seu afastamento de uma vida política mais activa.

A evidente desconexão entre os cidadãos e o sistema que os governa propiciou suspeitas de falta de transparência da vida pública, destruidoras da confiança que deveria existir entre os representados e os seus representantes.

O PSD deve assumir as suas responsabilidades como partido que tem sabido defender uma maior aproximação entre os eleitores e os eleitos e que logrou introduzir na Constituição, na sua última revisão, os princípios essenciais para uma verdadeira reforma.

É necessário rever as nossas leis eleitorais, criando uma relação mais estreita e uma maior responsabilização entre os eleitores e os eleitos. É necessário abrir o poder legislativo directamente aos cidadãos, como se abriu o poder referendário.

É necessário potenciar as consultas directas a nível local e nacional, fazendo intervir grupos de cidadãos para além dos partidos.

É necessário reforçar a intervenção do poder local com novas competências e novas receitas, fazendo apelo ao princípio da subsidiariedade em relação ao poder central e, ao mesmo tempo, criando melhores meios para a sua actuação, desde logo pela alteração da composição e forma de designação das Câmaras Municipais, permitindo executivos homogéneos e responsabilizáveis perante as Assembleias Municipais e a população.



Administração Pública

- Cingir a Administração Pública essencialmente a funções de regulação, controle e fiscalização, concessionando ou privatizando as restantes tarefas;
- Eliminar drasticamente a exigência de licenças e autorizações, responsabilizando as empresas e os cidadãos e privilegiando os processos de controle “a posteriori”;
- Profissionalizar a gestão dos diversos níveis, tornando-a mais independente do poder político e valorizando as carreiras dos trabalhadores da função pública;
- Garantir que todos os serviços com contactos com os cidadãos estejam abertos 10 horas por dia;
- Desconcentrar e deslocalizar serviços da Administração Pública, distribuindo-os por todo o território e colocando-os mais próximos das populações e com maior capacidade de decisão;
- Revogar toda a legislação desnecessária e reunir, codificando, a legislação dispersa;
- Responsabilizar os decisores, introduzindo a lógica da gestão por objectivos e atribuindo prémios de gestão aos mais eficazes;
- Criar, sempre que possível, o gestor do utente, responsável pelo acompanhamento de cada processo;
- Elaborar um Código do Contencioso Administrativo que reforce as garantias dos cidadãos face à Administração;
- Elaborar uma nova lei de Responsabilidade da Administração que responsabilize efectivamente as entidades públicas pelos danos que a sua acção provoque nos direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos:

Numa economia de mercado, a Administração Pública existe essencialmente para suprir ou minimizar as falhas do mercado e tem de estar ao serviço das Empresas e dos Cidadãos.

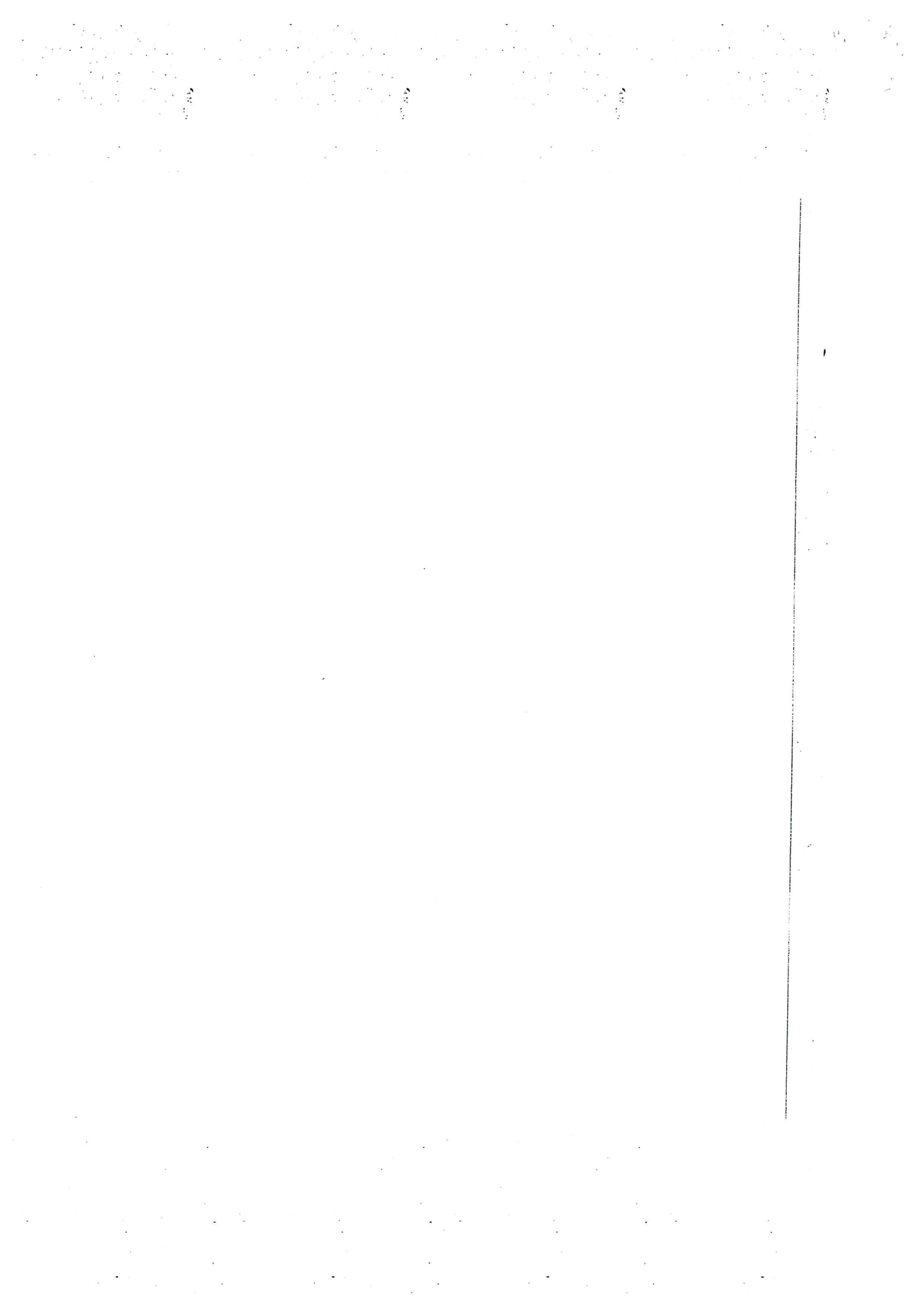
Num mercado global, as Empresas, para se manterem competitivas, necessitam de possuir capacidade de resposta imediata às situações com que se deparam todos os dias.

Tem, pois, a Administração Pública de estar em permanente actualização, devendo acompanhar a evolução das entidades privadas a quem presta serviços.

Estas exigências não se compadecem com uma Administração Pública centralizada e que funcione a um ritmo e grau de modernização diferente dos daqueles a quem pretende servir - os Cidadãos e as Empresas.

O PSD considera que se impõe mudar de política, assumindo a Administração Pública uma nova postura e mentalidade perante os Cidadãos, pelo que o seu principal objectivo será desburocratizar e profissionalizar os serviços, aligeirando conseqüentemente as competências dos Ministérios.

O Estado **Ao Serviço das Pessoas**





Acessibilidades

- **Nas Estradas:**
 - Concluir as vias rodoviárias principais:
auto-estradas: Lisboa-Algarve; Aveiro-Vilar Formoso; Via do Infante; Porto-Bragança;
IP's: IP2, IP 3; IP6; IP7 e IP8
 - Concluir a rede de IC's
 - Apoiar as autarquias na melhoria da rede rodoviária
- **Nos Caminhos de Ferro:**
 - Privatizar os serviços ferroviários;
 - Estabelecer a Linha de grande velocidade Porto-Santiago de Compostela-Corunha (com paragem no aeroporto Sá Carneiro)
 - Estabelecer o TGV Porto - Lisboa - Madrid
 - Modernizar e electrificar as linhas Porto - Braga e Porto - Viana - Vigo
- **No Transporte marítimo e portos:**
 - Implantar um registo de navios simplificado, que se torne atractivo para os armadores
 - Privatizar as actividades portuárias
- **No transporte aéreo:**
 - Privatizar a TAP, mantendo o Estado uma participação do tipo "golden share"
 - Privatizar a gestão dos aeroportos
 - Garantir a ligação às Regiões Autónomas, com imposição de serviço público
- **Na logística:**
 - Privatizar as Empresas urbanas de transporte, recorrendo depois a contratos-programa com o Estado;
 - Apostar nas plataformas multimodais enquadradas nas redes já existentes.

A aposta do PSD na área dos transportes é clara - acessibilidade total e ajustada às necessidades do mercado.

No entanto, a maior mobilidade que se consegue deste modo deve trazer aos cidadãos uma maior segurança e um menor custo das deslocações.

As infra-estruturas de transporte são fundamentais para o desenvolvimento de Portugal. O que observamos ao nível da Europa é uma enorme capacidade instalada ao nível das infra-estruturas e uma grande facilidade de acesso a elas por parte da população. E o nível de infra-estruturas tem muito que ver com a qualidade de vida do cidadão.

As novas tecnologias ligadas às comunicações - a telemática - deverão constituir instrumento essencial ao serviço das mais diversas soluções, desde a escolha de percurso à obtenção do título de transporte, passando pela permanente informação ao passageiro ou ao utilizador das infraestruturas.

O transporte multimodal será incentivado, quer pela construção de infraestruturas quer garantindo a acessibilidade a menor custo e com maior competitividade.



Agricultura, Pescas e Mundo Rural

- Assegurar, através do recurso preferencial a fundos comunitários, uma ajuda directa mínima aos pequenos agricultores no valor de 300 contos;
- Desburocratizar a atribuição de apoios, de modo a facilitar as condições de acesso por parte de todos os agricultores;
- Demonstrar, junto da U E, a especificidade da agricultura portuguesa, conseguindo por essa via melhores apoios, designadamente no que toca ao aumento das quotas existentes e à criação de novas quotas;
- Erradicar a BSE em Portugal;
- Acelerar as obras da barragem do Alqueva;
- Aumentar a área de regadio;
- Adoptar medidas de estímulo ao investimento financeiro na floresta, articulando a política de incentivo à poupança dos particulares e a política de desenvolvimento florestal;
- Promover a revisão das normas técnicas aplicáveis ao seguro de colheitas, de modo a que possa funcionar como verdadeiro substituto das perdas de rendimento;
- Aperfeiçoar os mecanismos de fiscalização da qualidade dos alimentos, em especial os de origem animal, sem esquecer os produtos directamente importados;
- Promover em grande escala a imagem dos nossos produtos de qualidade como o vinho, a cortiça, o azeite, o tomate, a fruta etc.;
- Estimular as fusões e concentrações de empresas como reforço à competitividade agrícola;
- Criar agências de desenvolvimento agrícolas apoiadas pelo Estado mas geridas por agricultores;

- Apoiar as actividades do mundo rural que combatam a desertificação do interior tais como o turismo, a caça e o artesanato.
- Bonificar o combustível utilizado pelas embarcações da pesca em termos equivalentes ao que ocorre com o gásóleo agrícola;
- Defender intransigentemente, no seio da União Europeia, os interesses dos agentes económicos nacionais do sector das pescas;
- Diversificar as actividades de pesca, promovendo a complementaridade com a aquacultura, as actividades náuticas, turísticas e de artesanato, por forma a assegurar uma actividade económica rentável e emprego ao longo de todo o ano;
- Reforçar as medidas de apoio à competitividade internacional da indústria conserveira portuguesa;
- Reforçar as medidas de apoio à comercialização e ao consumo dos produtos da pesca;
- Reestruturar e modernizar o funcionamento das lotas, por forma a dar melhor resposta às necessidades dos produtores e a conferir condições de maior competitividade a todos os agentes económicos do sector;
- Aumentar a eficiência da fiscalização de modo a assegurar o funcionamento do mercado em condições de justa concorrência internacional;
- Reestruturar os regimes de protecção social à actividade da pesca, promovendo a participação dos representantes dos diversos agentes económicos, com vista à melhoria das condições de vida e de segurança dos pescadores;
- Reforçar os incentivos à criação de sociedades mistas com agentes económicos de outros países onde as potencialidades existentes no domínio das pescas permitam reforçar a capacidade empresarial dos agentes económicos nacionais;
- Criar medidas de garantia do investimentos dos agentes económicos nacionais em sociedades mistas internacionais, por forma a conferir confiança e segurança nas operações de internacionalização das empresas pesqueiras portuguesas;



- **Reforçar as medidas de modernização da frota artesanal e costeira, apoiando a instalação de frio e as condições de armazenamento a bordo, bem como a melhoria da higiene e da segurança.**

O PSD propõe-se fazer uma forte aposta no investimento produtivo. Promoverá por isso uma política de pagamento de apoios atempada, de modo a que os agricultores não sejam prejudicados pelos atrasos na sua atribuição.

Os apoios para reinstalação de pinhal e montada de sobre e azinho serão uma prioridade do Governo PSD.

É fundamental que Portugal consiga o aumento das suas quotas nos produtos competitivos como tomate, arroz e vinho e a criação de quotas em produtos emergentes.

As apostas em projectos de regadio devem ser reforçadas, de modo a maximizar a nossa produção agrícola e aumentar a nossa produtividade. Far-se-á um Plano Hidrológico Nacional que dê especial importância a pequenas obras de adaptação de águas superficiais.

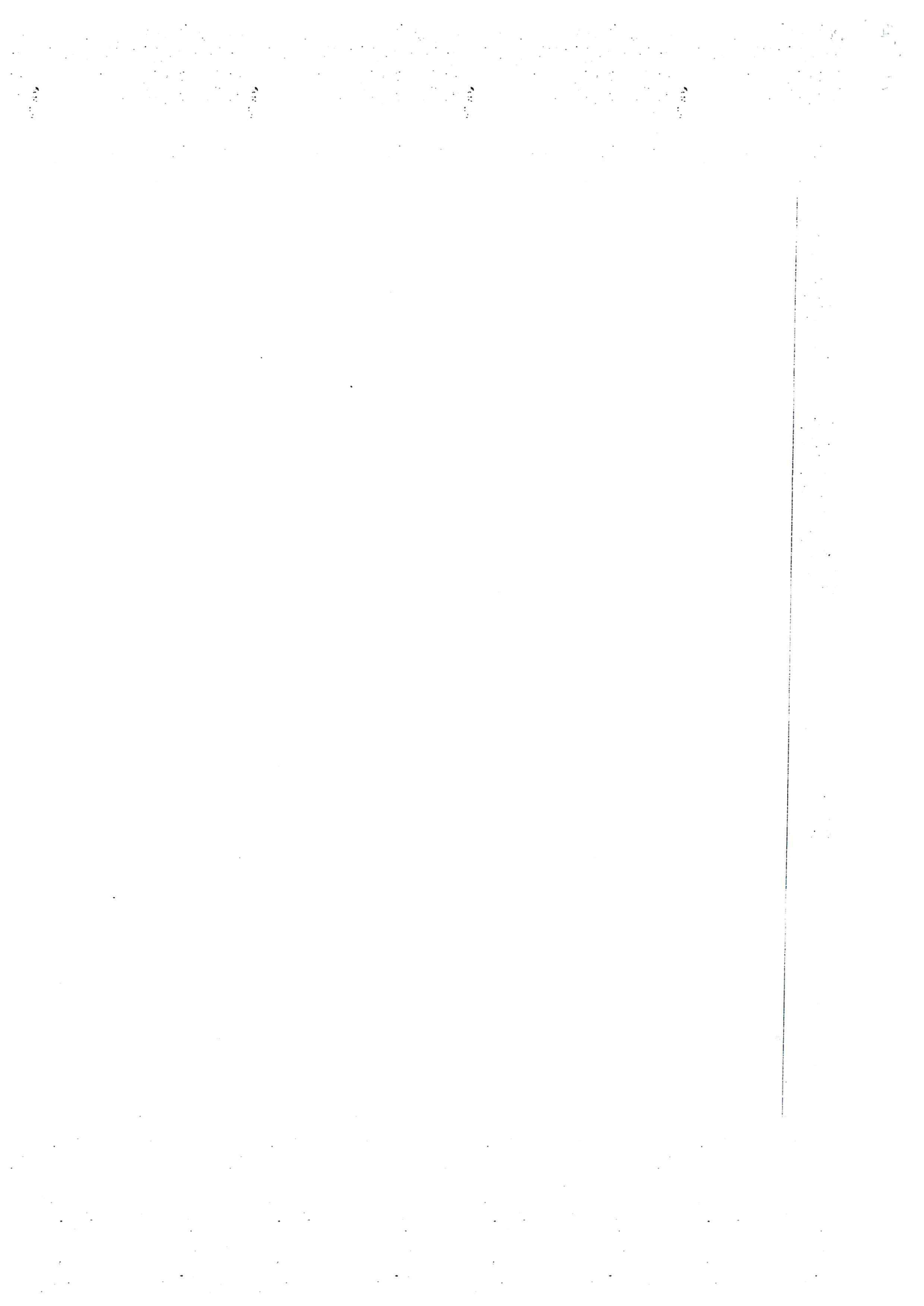
O atraso verificado nas obras da Barragem do Alqueva não é aceitável e o PSD recuperará esse atraso e terminará a obra.

A realização imediata de um Plano de Ordenamento Agrário que distinga as zonas agrícolas consoante o seu potencial agrícola, impedindo que as zonas de alto potencial sejam utilizadas para outros fins, é igualmente um objectivo que o PSD se propõe realizar na próxima legislatura.

O PSD reconhece e apoiará as especificidades do Mundo Rural.

O sector das pescas é, no nosso país, um dos sectores económicos com maior relevância em determinadas zonas. Importa por isso tomar as medidas necessárias e eficazes para garantir a sua rentabilidade e promover a melhoria das condições de vida dos seus agentes.

Não esquecendo que se trata de uma política comum, da exclusiva competência da União Europeia, o PSD está bem consciente de que os Estados membros são responsáveis e competentes para adoptar medidas internas de aplicação do quadro comunitário e, nesse contexto, para salvaguardar os interesses dos agentes económicos do sector.





Ambiente

- Criar o Ministério do Ambiente e o do Ordenamento do Território, juntando assim dois âmbitos de actuação que devem ser tratados em conjunto e de forma coerente;
- Criar a Agência Nacional do Ambiente, entidade do tipo Provedoria e independente do Governo, onde estejam representados os diferentes sectores da sociedade;
- Realizar a cobertura integral do país em saneamento básico;
- Fazer aprovar um programa rigoroso de utilização de água;
- Elaborar planos sectoriais em matéria ambiental urbana consagrando, à escala nacional, as principais redes de abastecimento de água, de saneamento básico e de tratamento de resíduos;
- Imprimir grande rigor à fiscalização ambiental, com a colaboração das associações ambientalistas;
- Conceder incentivos financeiros à instalação de equipamentos que evitem a poluição, benefícios fiscais para o cumprimento dessa meta e agravamento das penas para poluidores industriais;
- Optar, sempre que necessário, pela construção de incineradoras de raiz, rejeitando por completo a ideia da co-incineração de resíduos industriais;
- Proceder ao armazenamento e posterior eliminação dos resíduos tóxicos pesados;
- Privatizar as empresas ligadas ao ambiente que ainda se encontram no sector público estatal;
- Valorizar os Parques e Áreas Protegidas, melhorando as infra-estruturas de apoio, divulgando a sua utilidade como espaço de lazer e dando às suas direcções maiores poderes, de forma a impedir a delapidação do Património Ambiental;
- Incentivar o uso de energias alternativas (eólica, solar, etc.);

- Criar um fundo especial destinado à Conservação da Natureza;
- Privatizar a EPAL.

Preservar para as gerações vindouras um Ambiente pelo menos de qualidade igual à do presente constitui um imperativo que estamos prontos a observar e a fazer observar. Por isso, o PSD entende que o ambiente deve ser “urna política de políticas”, querendo com isto significar-se que a política de ambiente deve influenciar a definição da generalidade das outras políticas.

É necessário contudo que não se caia em excessos nem fundamentalismos, sob pena de gerar o imobilismo do País e a incompreensão dos Portugueses.

Por estas razões adoptaremos medidas para que o desenvolvimento económico e social não colida com direitos de primeira grandeza como o direito ao ar puro, à água ou à redução do ruído.

Apostaremos em acções de sensibilização e de informação para que os jovens e o conjunto dos cidadãos saibam quais as acções de defesa do ambiente que estão ao seu alcance.

Interviremos em matéria de ambiente de três formas distintas: prevenção, tratamento e reposição, dando mais poderes aos órgãos zeladores do ambiente e aumentando a colaboração com as Associações Ambientais, canalizando mais meios financeiros e obrigando as entidades poluidoras a alterar e repor a situação de que forem responsáveis .

O futuro Governo deve explorar todas as virtualidades das parcerias público-privadas, com vista à prestação de serviços ambientais que até agora têm ficado no domínio da esfera pública.

Os sectores prioritários serão os do abastecimento de água, da drenagem de águas residuais, da recolha e tratamento de resíduos sólidos, da gestão dos aproveitamentos hidráulicos, etc.

Este tipo de parcerias traz vantagens no que respeita à qualidade, à eficácia e à facilidade de financiamento. Neste particular, a percentagem da cobertura de Fundos Comunitários poderia ser menor, o que quer dizer que com o mesmo montante se podem realizar mais obras.



Apoio às PME's

- Reduzir a taxa de IRC, para empresas com volume de negócios anual não superior a 100 mil contos, de 34% para 20%. As empresas localizadas fora das Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto beneficiarão de uma redução adicional para 15%;
- Isentar no primeiro ano e ajustar progressivamente nos quatro anos seguintes, o IRC aplicável às empresas que vierem a criar-se;
- Isentar de tributação os lucros reinvestidos;
- Transformar o IPE numa empresa de capital de risco para apoio a novos projectos, com especial destaque para a internacionalização;
- Lançar um programa de “Cidades Empreendedoras”;
- Estimular o aparecimento de “Business Angels” (pessoas com recursos financeiros e experiência dispostas a apoiar empreendedores);
- Rever os programas de apoio à formação profissional, de modo a atribuir apoios a fundo perdido, assegurando a sua articulação com objectivos de profissionalização do ensino básico e secundário;
- Apoiar e incentivar a utilização das novas tecnologias de informação, nomeadamente a Internet, alargando o âmbito do benefício fiscal existente;
- Promover a reforma das relações entre a Administração Pública e as Empresas, de maneira a atingir os seguintes objectivos:
 - Realizar, em 24 horas, a inscrição de uma empresa no Registo Nacional de Pessoas Colectivas;
 - Em menos de 15 dias dar cumprimento a todas as restantes formalidades necessárias para o início de actividade de uma empresa, incluindo as relações com a Administração Fiscal, a Segurança Social, e outras entidades dependentes da Administração Central, Regional e Câmaras Municipais.

A intenção do PSD é transformar o meio empresarial português num forte concorrente de outros países.

Deverá ser proporcionado às empresas um apoio e atenção redobrados, em particular porque a conjuntura económica se apresenta menos favorável nos próximos anos e a competitividade ameaçada face aos parceiros do euro, devido à subida da inflação.

Com a constituição do espaço do Euro, as PME's estão a sofrer os efeitos da concorrência de empresas equipadas com recursos humanos e materiais muito mais especializados e avançados. É, assim, necessário introduzir no meio empresarial novos meios de formação e treino que permitam às empresas manter os seus quadros com um grau de qualificação superior, permitindo-lhes aumentar a competitividade.

A aposta na formação profissional mais adequada, isto é, na actualização técnica permanente dos recursos humanos, é essencial; nos últimos anos, a utilização das novas tecnologias de informação (sobretudo na área da informática, com preponderância para a pesquisa, a obtenção e divulgação de informação na Internet), tem crescido de forma extraordinária, constituindo-se como uma necessidade vital para dinamizar e tornar competitivas as PME's. Por isso, neste campo, o PSD propõe ainda:

- a atribuição de subsídios a fundo perdido à formação profissional, de acordo com legislação específica;
- o apoio ao desenvolvimento de estratégias de mercado, introduzindo novas tecnologias de telecomunicação, sistemas de formação e comércio electrónico;
- facilitar a comunicação entre PME's através do desenvolvimento de redes locais e transnacionais, o que permitirá usufruir dos benefícios resultantes da partilha e disponibilização de informação em rede, para além da aproximação com outras empresas do país e da UE.



Combate à Desertificação

- Duplicar os actuais limites do período de isenção de Contribuição Autárquica na compra de habitação permanente de valor não superior a 30 mil contos, por pessoas não residentes nas regiões do Interior, que aí passem a residir;
- Aumentar os incentivos à fixação de funcionários públicos, designadamente através de um regime especial mais favorável de progressão nas suas carreiras e de contagem de tempo de reforma;
- Apoiar a instalação de micro e pequenas empresas, através de uma linha de crédito com bonificação de juros, criando um Fundo de Capital de Risco Especial, gerido sob contrato por sociedades de capital de risco;
- Incentivar fiscalmente as PME que se instalem de raiz nas regiões do interior ou aí realizem aumentos de capital e investimentos produtivos, através de:
 - Isenção de IRC durante os primeiros 5 anos;
 - Crédito fiscal para investimentos até 100 mil contos, majorado para 130% para efeitos de IRC;
 - Apoio à criação de empregos estáveis através da majoração para 150% durante os primeiros 5 anos dos encargos com a criação dos postos de trabalho fiscalmente dedutíveis;
 - Isenção do pagamento de contribuições patronais para a Segurança Social durante 3 anos pela criação de postos de trabalho estáveis, estendendo-se o período de isenção para 5 anos no caso de empresas criadas por jovens empresários;
- Criar um Fundo Especial para a Implantação de Empresas em Municípios do Interior, para bonificação em 75% dos juros decorrentes do endividamento das Autarquias ou por estas perdidos pela utilização dos seus fundos próprios na criação ou desenvolvimento de Parques Industriais ou facilidades afins.

O combate à desertificação do interior do País é um imperativo nacional. Todos o reconhecem.

O interior está cada vez mais despovoado, a migração de pessoas para os grandes centros urbanos não tem parado, são poucas as empresas que decidem instalar-se nas cidades e vilas do interior de Portugal e em muitos sectores sociais - como é o caso da Saúde - há falta de equipamentos sociais e de apoio humano nas zonas do interior.

Esta situação não é aceitável. Somos pela igualdade de oportunidades. E a garantia da igualdade de oportunidades entre os Portugueses exige que se criem condições para que o interior do País não continue secundarizado em relação ao litoral. Exige a aplicação, em todos os domínios, do princípio da discriminação positiva em favor do Interior.



Comunidades Portuguesas

- Atribuir o direito de voto para todos nas eleições presidenciais, nas eleições para o Parlamento Europeu e em todos os referendos nacionais;
- Criar um terceiro círculo eleitoral para os países lusófonos;
- Instituir a possibilidade de voto em urna nos Consulados, mantendo-se a possibilidade de voto por correspondência;
- Atribuir plenos direitos políticos nos casos de dupla cidadania;
- Atribuir aos cidadãos que residam no exterior do país e que se encontrem no limiar da pobreza o rendimento mínimo garantido;
- Atribuir aos idosos pensões sociais, em condições de igualdade com os residentes em Portugal;
- Celebrar e implementar protocolos visando o ensino do português no estrangeiro;
- Redefinir o papel da RTP-I, valorizando a respectiva programação, abrindo a possibilidade de emissão de produções das televisões privadas e garantindo a transmissão, em directo, dos eventos desportivos nacionais de maior relevância;
- Utilizar os recursos da RTP-I para a difusão cultural e o ensino à distância;
- Garantir aos jovens livre acesso ao ensino superior, com a atribuição de bolsas de estudo;
- Atribuir às associações e instituições subsídios e participações similares às concedidas em Portugal pelo Governo e pelas Autarquias;
- Instituir, na Assembleia da República, uma Comissão Parlamentar para os Assuntos da Emigração e das Comunidades Portuguesas;
- Rever a legislação sobre a importação de veículos automóveis.

A preocupação essencial do PSD é a de que os portugueses residentes no estrangeiro deixem em definitivo de ser apenas encarados pelo Estado como uma fonte de divisas. Ao contrário, temos bem presente o quanto o país deve aos seus emigrantes, tanto pelo contributo essencial que têm dado ao nosso desenvolvimento como pela dignificação da nossa imagem em todo o mundo.

O nosso objectivo é uma democracia que reconheça a todos igual dignidade, não prejudicando, em nenhum domínio, aqueles que por circunstâncias da vida se viram forçados a procurar um futuro melhor fora do território nacional. Compromete-se por isso o PSD a implementar, nas suas múltiplas dimensões, o princípio da discriminação positiva, apoiando os nossos compatriotas e as suas associações no exercício dos seus direitos e em todas as acções que tenham por objectivo o reforço dos seus laços com Portugal e, muito em particular, em tudo o que se relacione com a defesa e propagação da língua e cultura nacionais.



Cultura

- Elaborar um inventário rigoroso do património cultural nacional;
- Criar programas especiais de ensino da música no pré-escolar;
- Realizar contratos entre os museus portugueses e estrangeiros que organizam grandes exposições temáticas;
- Celebrar protocolos entre as escolas e entidades culturais da respectiva área com vista à frequência destas por parte dos alunos, em regime curricular ou extra-curricular;
- Dar benefícios financeiros às entidades culturais ligadas à música, ao teatro e à literatura que procedam à recolha e tratamento da informação sobre a nossa identidade como Nação;
- Estabelecer um programa de preservação do património escrito português;
- Apostar na recuperação do património nacional com a sua afectação a fins de interesse público ou da natureza social;
- Redefinir a natureza do canal 2 da RTP, de modo a garantir um serviço público de Televisão que difunda o que se faz em Portugal no campo do teatro, do cinema, das letras e da música, e que seja ainda um instrumento ao serviço da educação para a cultura em geral;
- Criar o Conselho Consultivo das Artes para apoio às instâncias de carácter decisório e político, em especial no que respeita à distribuição das verbas do Estado;
- Articular a política cultural externa com as acções de promoção geral da imagem do país no exterior;

- Desenvolver programas de incentivo à utilização turística e de lazer dos espaços culturais;
- Apostar nos cursos de formação de gestor das artes;
- Apoiar financeira e tecnicamente, de forma selectiva, os programas editoriais com especial relevância cultural;
- Reforçar o apoio ao envio de livros, literários ou técnicos, para os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa;
- Apoiar financeira e tecnicamente a tradução e edição de autores portugueses em países estrangeiros;
- Apoiar a presença de autores e artistas portugueses em eventos culturais internacionais;
- Atribuir prémios e bolsas de especialização aos portugueses, em especial aos jovens, que se distingam em certames culturais, nacionais ou estrangeiros;
- Dar prioridade às acções relacionadas com a iniciativa “Porto, Capital Europeia da Cultura – 2001”;
- Promover o pleno aproveitamento das possibilidades abertas pela participação nos programas culturais financiados pela União Europeia.

O PSD acredita que o ensino é um vector fundamental de formação e de divulgação cultural. Por isso se deve começar desde muito cedo a preparar as pessoas para a qualificação intelectual como fazendo parte da realização pessoal.

A televisão representa o veículo mais importante do “consumo da cultura”. Mas a concorrência tem tido um efeito da deterioração da qualidade. Daí que seja necessário definir com rigor quais são as atribuições do serviço público.

Apostar na defesa do nosso património é essencial para manter viva a identidade nacional e preservar o nosso passado histórico. Nessa medida o património constituirá uma das nossas principais prioridades.



Defesa Nacional

- Actualizar o Conceito Estratégico de Defesa Nacional;
- Implementar o modelo organizacional de Forças Armadas profissionalizadas;
- Participar activamente nas operações multinacionais humanitárias e de paz que resultem de compromissos internacionais assumidos no âmbito da ONU, OSCE, NATO e UEO;
- Reforçar os projectos de cooperação técnico-militar com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa;
- Reorientar as Leis de Programação Militar, reforçando a capacidade de patrulhamento da nossa Zona Económica Exclusiva (ZEE) e a capacidade de intervenção rápida em regiões onde os interesses portugueses possam ser directamente afectados;
- Simplificar os concursos de aquisição de equipamento militar e uniformizar o material utilizado de modo a obter uma redução de custos;
- Flexibilizar a gestão da programação militar que implique contrapartidas para a indústria nacional;
- Estimular o acesso de empresas privadas ao exercício das actividades de indústria e comércio de armamento;
- Reestruturar o Serviço de Informações Estratégicas de Defesa e Militares (SIEDM), encarando-o como uma prioridade necessária ao planeamento estratégico-militar;
- Intensificar a acção das Forças Armadas nas missões de interesse público, nomeadamente na fiscalização da ZEE, na prevenção e combate a incêndios, em evacuações aero-médicas, em obras de engenharia militar, na defesa do ambiente e na protecção civil;
- Reformular o Sistema de Autoridade Marítima;
- Actualizar, em conformidade com os novos conceitos, o Estatuto da Condição

Militar tornando-o mais atraente para as novas gerações;

- **Corrigir as actuais distorções do sistema retributivo dos militares, através de um sistema equilibrado que adeque a formação, a carreira e as funções;**
- **Ampliar os mecanismos de apoio aos deficientes das Forças Armadas;**
- **Acelerar o plano de alienações de infra-estruturas militares destinadas a financiar o Fundo de Pensão dos Militares das Forças Armadas;**
- **Valorizar a política de Investigação e Desenvolvimento na área da Defesa.**

As questões de Defesa Nacional, pelos valores cívicos que encerram, devem assentar num amplo consenso nacional. Estão em causa a garantia da independência nacional, a integridade territorial, a liberdade e segurança dos portugueses e a afirmação externa de Portugal.

Novos conceitos e novos factores, aliados à tradicional dimensão da defesa, remetem-nos para uma visão alargada da Segurança no século XXI. A evolução do ambiente estratégico, no pós-Guerra Fria, afastou a ameaça de um conflito generalizado, mas faz despontar novos riscos resultantes de conflitos étnicos, de violação dos direitos do Homem, de instabilidade política e de fragilidades económicas. A actual configuração das crises internacionais demonstra que a Defesa Nacional se projecta para além das fronteiras físicas do país.

Neste contexto, o PSD entende ser decisivo para Portugal a assumpção clara dos seus compromissos no quadro das organizações internacionais a que pertence. Na nossa perspectiva estratégica importa, ainda, o reforço da cooperação com os países de língua oficial portuguesa, o desenvolvimento da Identidade Europeia de Segurança e Defesa, o aprofundamento do processo do "Diálogo Mediterrânico" e o reforço da "Parceira para a Paz".

Novas missões e novas responsabilidades tornaram as Forças Armadas portuguesas um instrumento da política externa e um elemento essencial de projecção política na cena internacional.

O PSD tem uma visão estratégica para as Forças Armadas do próximo século. Uma visão coerente com o modelo de desenvolvimento do país. Uma visão integrada da utilização dos recursos humanos, materiais e financeiros. Esta visão traduz-se na valorização e dignificação da carreira militar, na modernização do equipamento e no redimensionamento do dispositivo.

Subordinadas que estão ao poder político, as Forças Armadas, são uma instituição fundamental num Estado de Direito democrático. Para o PSD elas são um elemento constituinte da nossa soberania e garantia da nossa independência e liberdade.



Desporto

- Lançar um programa de edificação e de modernização de infraestruturas para as associações desportivas, culturais e recreativas, possibilitando a sua comparticipação através de um processo específico de candidaturas;
- Garantir a construção de pavilhões desportivos, de forma a que todas as escolas do 2º e 3º ciclo do ensino básico e do ensino secundário, disponham de infraestruturas desportivas cobertas;
- Lançar um programa de construção de polidesportivos descobertos junto das escolas do 1º ciclo;
- Apoiar técnica e financeiramente os investimentos dos clubes em infra-estruturas desportivas consideradas de interesse público;
- Financiar, através de bolsas, jovens atletas e técnicos interessados em estágios certificados, em países estrangeiros;
- Criar programas de formação de dirigentes, treinadores e demais técnicos;
- Promover e apoiar a participação das Autarquias na realização de actividades e no desenvolvimento de infra-estruturas desportivas;
- Assegurar a construção de uma piscina Olímpica na Área Metropolitana do Porto;
- Apoiar técnica e financeiramente as iniciativas autárquicas para a construção de piscinas na proximidade das escolas, bem como a construção de infra-estruturas desportivas para a modalidade de atletismo;
- Criar um programa específico de apoio à alta competição que envolva os atletas, técnicos, clubes e associações ou federações;
- Reforçar a cooperação desportiva com os Países de Língua Oficial Portuguesa.

O Desporto é um instrumento de formação e desenvolvimento integral da pessoa humana, uma manifestação cultural e social profundamente enraizada e um elemento dinamizador da actividade económica e de emprego cada vez mais importante.

O Estado deve por isso dar todas as condições possíveis para a prática do desporto escolar e para a formação de técnicos e atletas. Deve ainda participar financeiramente as entidades que queiram investir em infra-estruturas desportivas de utilidade pública.



Emprego e Formação Profissional

- Lançar um Programa integrado de combate aos acidentes de trabalho, de modo a conseguir reduzir o seu número pelo menos para metade, no decurso da próxima legislatura.
- Criar incentivos fiscais (IRC) e parafiscais (Segurança Social) para a contratação de mulheres, de forma a aproximar a taxa de emprego feminina à masculina;
- Criar, em colaboração com as Associações Empresariais, um Observatório de Sectores em Risco, que vise detectar a tempo os sectores e empresas em reestruturação que impliquem despedimento de trabalhadores;
- Incentivar capital de risco e apoio técnico na criação de empresas nos sectores económicos e sociais emergentes, potenciadoras da criação de postos de trabalho;
- Dinamizar a formação profissional cooperativa, privilegiando as acções com resultados em termos de acréscimo de empregabilidade e de readaptação dos trabalhadores;
- Reforçar a autonomia da Inspeção Geral do Trabalho e dotá-la dos meios humanos e materiais necessários à sua actividade, com especial reorientação para uma visão preventiva e de atenção no cumprimento das medidas de higiene, saúde e segurança, alargando a sua actuação também à Administração Pública;
- Lançar um Plano Nacional de combate ao Trabalho Infantil, valorizando especialmente as vertentes preventiva e repressiva, de modo a conseguir, no quadro da próxima legislatura, uma drástica redução do número de crianças nessa situação;
- Reforçar a liberdade de contratação colectiva;
- Apoiar a introdução de novos métodos e formas de trabalho, como o trabalho a tempo parcial e no domicílio, potenciadores de uma melhor realização pessoal, profissional e familiar dos trabalhadores, adequando-os às novas necessidades das empresas, designadamente das PME e Micro-empresas;

● **Incentivar as iniciativas locais de emprego, em colaboração com as IPSS e Misericórdias, em apoio às Comunidades;**

Um dos maiores problemas sociais é o desemprego, considerando o que acarreta de perda de rendimentos necessários à sobrevivência, de destruição da confiança no futuro, de marginalização social, a par de consequências inevitáveis e irremediáveis para o agregado familiar, que podem levar à sua destruição.

A este panorama acrescem os problemas de desadaptação tecnológica do desempregado, sempre crescentes com o avanço da idade.

O PSD tem de defender a permanente formação profissional dos trabalhadores, incentivando as empresas a realizá-la individualmente ou através de associações empresariais, bem como exigir um sistema de educação de alta qualidade e exigência que permita uma maior flexibilidade e adaptabilidade do trabalhador aos seus postos de trabalho e às novas exigências.

O Governo do PSD terá em especial linha de conta os jovens à procura do primeiro emprego e os jovens trabalhadores em geral, garantindo que nenhum dele permaneça no desemprego por mais que três meses sem uma medida activa de inserção profissional.

De igual modo é necessário apoiar activamente os desempregados de longa duração pela sua dificuldade de encontrar um novo posto de trabalho. É necessário ainda criar condições de discriminação positiva em relação às mulheres, o que poderá passar por bonificações no acesso a contratos e subsídios públicos.



Juventude

- Criar um Contrato Jovem, que garanta a todos os jovens até aos 25 anos, licenciados ou não, uma possibilidade de emprego nos primeiros 3 meses de inscrição em centro de emprego;
- Rever o actual sistema de ingresso no Ensino Superior, de modo a permitir um aumento de oferta nos cursos mais procurados;
- Desenvolver acções de promoção e valorização da iniciativa e de revelação dos novos valores na área dos jovens empresários, cientistas, investigadores, inventores e artistas;
- Incentivar o envolvimento dos jovens no movimento associativo, como espaço de socialização e participação cívica;
- Reforçar a oferta de cursos técnicos e profissionais, promovendo a sua ligação às actividades económicas das regiões onde se inserem;
- Dinamizar o mercado de arrendamento, de forma a facilitar o acesso à primeira habitação por parte dos jovens;
- Promover a fixação dos jovens nos centros urbanos, através de incentivos financeiros para aquisição de habitação;
- Aperfeiçoar o actual sistema de incentivos aos jovens empresários, melhorando-o e dotando-o de mais verbas;
- Definir um quadro legal de apoio aos jovens artistas e criadores, similar ao actualmente existente para o desporto de alta competição;
- Possibilitar a entrada de jovens altamente qualificados para os quadros da Administração Pública;
- Promover o acesso dos jovens às novas tecnologias, através do recurso a incentivos fiscais;

● **Lançar o Prémio Jovem Empreendedor do Ano.**

A juventude está neste momento numa encruzilhada. Paire uma sensação de angústia na juventude portuguesa por não ter claramente definido os seus caminhos futuros. Só há uma maneira de ultrapassar esta crise: adoptando uma atitude positiva e dinâmica. O Governo do PSD dará por isso à juventude portuguesa as condições para que tal aconteça.

Ao ter claramente definidas as condições para ingresso na Universidade que se deseja e ao garantir a possibilidade de um primeiro emprego ou o apoio como jovem empresário, está-se a alterar positivamente o quadro de preocupações que hoje se instalou.

Há que encorajar especialmente aqueles que acrescentam valor a tudo aquilo que fazem. Premiar os que têm sucesso é fundamental para dotar a juventude de referências concretas.

O Estado deve ajudar e fiscalizar, deixando aos jovens o maior campo possível para desenvolverem o seu futuro.



Luta contra a Droga

- Centrar no Ministério da Saúde o combate à Toxicodependência;
- Integrar os Centros de Apoio à Toxicodependência (Cat's) no Serviço Nacional de Saúde;
- Melhorar a qualidade e a importância da informação sobre a toxicodependência, bem como a sua ligação prévia à tomada de decisão política;
- Criar um corpo de especialistas em prevenção primária (dirigida aos que não consomem) junto das escolas e do meio comunitário;
- Reforçar o planeamento e a execução rigorosa e atempada dos programas de apoio às IPSS's;
- Apostar na investigação médico-científica, como forma de apoio suplementar à dissuasão do consumo;
- Reforçar os programas de apoio aos toxicodependentes nas prisões;
- Reforçar, sob forte controle terapêutico, os programas de Metadona, como passo intermédio mas não final para a eliminação do problema do consumo;
- Promover uma estreita articulação entre a luta contra o alcoolismo e contra o tabagismo e a dependência de drogas ilícitas;
- Criar legislação para enquadrar programas de redução de risco;
- Dotar a Polícia Judiciária de um plano financeiro plurianual que seja adequado ao combate eficiente ao tráfico de droga.

Enquanto problema universal, que ultrapassa fronteiras e barreiras políticas, económicas e sociais, o combate à toxicodependência deve ser assumido como muito difícil e de resolução extremamente complexa (nenhum país o conseguiu resolver ou diminuir para níveis aceitáveis). Há, pois, que aceitar com realismo que, apesar de não se poder nunca baixar os braços, não

é também possível encontrar soluções milagrosas. Deve-se orientar a acção governativa pela procura de minorar, tanto quanto possível, os efeitos nocivos do consumo de droga e não para a sua total erradicação que é um objectivo irrealista. Reduzir os efeitos nocivos, não apenas ao nível do consumidor, que deve ser visto como um doente, mas também da sua família e dos grupos em que se insere. Deve-se reforçar a ideia de que o toxicodependente é um doente, mas que deve ser responsabilizado pelos seus actos.

Nessa óptica, quatro grandes passos devem ser dados para minorar o problema do consumo de droga e os que lhe estão associadas:

- dar total prioridade política ao combate à droga, assumindo-o como um problema específico de impacto profundo e quase generalizado, merecedor de uma tutela única a nível governamental;
- melhorar substancialmente a informação e o conhecimento da dimensão e das características do problema do consumo de droga em todas as suas vertentes, como meio prévio indispensável para a tomada de decisão política, pois não se podem tomar decisões sobre o que não se conhece ou se conhece mal;
- reforçar a componente técnica e científica dos que lidam no terreno com o problema e dar-lhes mais meios para o desenvolvimento da sua actividade;
- reforçar o envolvimento da sociedade civil, através de um planeamento mais rigoroso e de uma execução mais eficaz dos apoios a conceder pelo Estado.



Política Económica e Financeira

- Promover a estabilidade económica, essencial ao desenvolvimento do País no quadro da União Monetária Europeia, combatendo a inflação através de um controlo mais eficaz da despesa pública corrente e de medidas de estímulo da poupança privada;
- Incentivar a poupança das famílias, proporcionando-lhes alternativas de aplicação a taxas de juro superiores à taxa da inflação, através da diversificação dos instrumentos de dívida pública e reforçando as deduções fiscais para os produtos financeiros associados à poupança a longo prazo;
- Equilibrar o Orçamento do Estado até 2003, através de uma política de controlo rigoroso da despesa corrente sem juros, eliminando os elevados desperdícios diagnosticados em algumas áreas da Administração Pública bem como as práticas de despesismo que nos últimos anos se generalizaram a todos os sectores dependentes do governo;
- Centrar a atenção nas políticas estruturais, com o objectivo de aumentar a produtividade das empresas e, conseqüentemente, a taxa potencial de crescimento e o emprego. Neste mesmo âmbito, será feito um sério esforço para proporcionar às empresas um quadro fiscal mais favorável, ao mesmo tempo convidativo à apresentação de demonstrações financeiras mais ajustadas à realidade;
- Diminuir o peso do Estado na economia, concluindo as privatizações que estão em curso e promovendo aquelas que se encontrem por fazer, sem esquecer as empresas que se situam na órbita de controlo da IPE, e concessionando novas áreas de serviços públicos. Serão realizadas as privatizações da RTP (especificamente do seu primeiro canal que reveste características tipicamente comerciais)- RDP, ANA, TAP, PARQUE EXPO, ENVC, EPAC e SILOPOR, DOCAPESCA, e outros;
- Promover a reforma das estruturas de supervisão do sistema financeiro, de modo a garantir a sua eficiência e estabilidade. Nessa reforma deverão ser contemplados dois aspectos essenciais: a coordenação das diferentes áreas de supervisão e a crescente integração das redes do negócio bancário e segurador.

O País apresenta, no final desta legislatura, uma situação macroeconómica profundamente desequilibrada.

Por trás de uma aparente prosperidade, com um baixo desemprego e um clima fortemente consumista em que se destacam as extraordinárias facilidades de crédito a que os cidadãos têm hoje acesso para aquisição de uma extensa gama de bens e serviços - desde a compra de habitação até aos produtos de lazer - esconde-se uma realidade económica com grandes fragilidades.

Esta realidade económica pode caracterizar-se sumariamente pelos seguintes dados:

- Enorme desequilíbrio das contas com o exterior, em forte aceleração nos últimos 2 anos e também no corrente e que deverá traduzir-se, no final deste ano, num défice da balança corrente superior a 8% do PIB, um dos maiores défices da nossa história económica;
- Taxa de inflação mais elevada na União Europeia, com um valor médio anual de 2,9% no final do 1º semestre do corrente ano, em vias de ultrapassar a inflação da Grécia e atingindo um nível que nos colocaria fora da União Monetária se a selecção dos países membros tivesse agora lugar;
- Divergência cada vez maior entre procura interna e produção nacional, reflectindo a forte quebra da taxa de poupança privada e o crescente endividamento das famílias, relevando-se o facto de as necessidades de financiamento destas ter sido superior à poupança em 1998, o que terá sucedido pela primeira vez, na nossa recente história económica.


Os desequilíbrios macroeconómicos mencionados são o reflexo do total desconcerto das políticas económicas prosseguidas pelo governo.

Preocupado exclusivamente com a sua imagem e com a distribuição de facilidades, o governo não entendeu as implicações da entrada na União Monetária Europeia, em especial quanto à articulação das políticas económicas. E tem tentado convencer o País, erradamente, de que a nossa adesão ao Euro resolveria os nossos problemas económicos, garantindo para sempre a prosperidade económica.

Esta postura desresponsabilizante levou o Governo a conduzir uma política orçamental inconsistente com os objectivos de crescimento estável da economia e da convergência real.

Como o Banco de Portugal assinala, no seu relatório anual de 1998, "a política orçamental, através da aceleração ao consumo público e das transferências para as famílias, constituiu um estímulo adicional para o dinamismo da procura interna".

Ou seja, quando a política orçamental deveria contribuir para moderar os excessos



expansionistas da política monetária, acontece precisamente o contrário. Em 1999 esta situação está a conhecer novo agravamento, provocado pelo descontrolo das despesas correntes do Estado (crescimento de 8,6% das despesas correntes sem juros, no final do 1º semestre de 1999).

Um aspecto que tem merecido especial atenção dos comentadores é o crescente endividamento das famílias e a inerente quebra da taxa de poupança.

O endividamento das famílias passou de 20% do rendimento disponível em 1990 para 54% em 1997 e 66% em 1998, com forte aceleração neste último ano.

Ao ritmo a que continua a crescer o crédito bancário a particulares, em 1999 (superior a 33%), pode estimar-se que o endividamento atinja um nível muito próximo de 80% do rendimento disponível no final de 1999.

Inversamente, a taxa de poupança das famílias tem vindo a reduzir-se, situando-se no final de 1998 em 9,4 do PIB, uma das três mais baixas da União Europeia e já bastante abaixo da média europeia que é 12,5% do PIB.

Esta situação, e esta política, implicam enormes riscos para a economia portuguesa num futuro já próximo.

O primeiro risco é o da grande vulnerabilidade face a uma eventual ou provável subida das taxas de juro.

O BCE começou a dar sinais de que a política monetária seguida até agora poderá ser alterada, o que significa subida de taxas.

O Banco de Portugal acaba de confirmar esta indicação.

Quase toda a dívida do sector privado em Portugal, sobretudo a dos particulares, assenta em taxas de juro indexadas às taxas de mercado.

Se num horizonte de um a dois anos ocorrer uma subida significativa das taxas de juro do BCE, o sector privado em Portugal será fortemente atingido.

As consequências duma situação desse tipo são previsíveis: quebras acentuadas do consumo e do investimento, dificuldades orçamentais acrescidas, provável incumprimento do Pacto de Estabilidade e Crescimento, aumento de desemprego.

O segundo risco consiste na perda gradual de competitividade das Empresas portuguesas, face a um crescimento dos custos salariais superiores ao dos nossos concorrentes europeus e à impossibilidade ou grande dificuldade em adoptar um quadro fiscal mais favorável para as Empresas, sendo certo que esta constitui hoje uma das grandes preocupações dos governos europeus.

O terceiro risco é o de entrarmos em contra-ciclo com as economias dos nossos parceiros europeus.

O referido cenário de subida das taxas de juro estará naturalmente associado a uma expansão das economias europeias. A economia portuguesa poderá, então, na sequência da subida das taxas de juro, passar a registar um crescimento inferior ao das restantes economias europeias, ou seja, entrando num processo de “divergência real” e alargando o fosso dos níveis de desenvolvimento entre Portugal e o resto da Europa.

É muito possível, aliás, que a taxa de crescimento do PIB em Portugal seja no corrente ano já muito próxima da média europeia.

Neste contexto é inegável a necessidade de mudarmos de política económica e de política orçamental em especial.



Política Externa

- Revitalizar a CPLP, despertando-a da sua actual letargia e fazendo dela um instrumento essencial de afirmação internacional da lusofonia;
- Reforçar os laços políticos e de cooperação com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, prestando especial atenção ao caso daqueles que apresentam ainda uma situação interna marcada por sérias perturbações;
- Fazer uma aposta estratégica no aprofundamento das relações com o Brasil;
- Criar condições para que a internacionalização da economia portuguesa passe pelo aproveitamento das mais valias de que os agentes económicos portugueses beneficiam no espaço lusófono;
- Aumentar o esforço financeiro nacional em matéria de cooperação para o desenvolvimento, de modo a atingir progressivamente os valores internacionalmente apontados como desejáveis e de forma a garantir aos interesses empresariais portugueses no exterior a projecção e o apoio necessários em determinados mercados;
- Apoiar o processo de evolução política em Timor-Leste, na sequência do referendo de 30 de Agosto;
- Congregar os esforços das instituições públicas e da sociedade civil, de modo a apoiar o desenvolvimento económico e o progresso social e cultural de Timor-Leste;
- Assegurar a normalidade do processo de transição do território de Macau para a soberania chinesa e garantir a adequada aplicação da Declaração Conjunta;
- Incrementar de forma decisiva a presença portuguesa nas instituições multilaterais, através nomeadamente da eleição de Portugal para os respectivos órgãos de decisão, da colocação de altos funcionários nacionais em cargos de responsabilidade ou da realização no nosso país de iniciativas internacionais relevantes;

- Incrementar a visibilidade da acção nacional ao nível da Organização das Nações Unidas, atribuindo neste quadro especial atenção à participação em operações de manutenção de paz;
- Participar activamente, no quadro da NATO, da UEO e da OSCE, na definição e implementação das linhas de orientação da política de segurança e defesa europeias;
- Aprofundar as relações com os EUA, explorando as possibilidades abertas pela aplicação do Acordo de Cooperação entre os dois países;
- Manter e desenvolver o excelente nível de relacionamento com Espanha, acompanhando especialmente a implementação em concreto do acordado em matéria de recursos hídricos partilhados e procurando oportunidades de actuação conjunta nas mais diversas matérias da agenda internacional;
- Acompanhar com especial atenção a evolução da área do Sul do Mediterrâneo, contribuindo para a estabilização da situação política, económica e social, atribuindo especial prioridade ao caso de Marrocos, que atravessa na actualidade um processo de consolidação política que se torna importante incentivar;
- Reforçar as capacidades diplomáticas e, de uma forma geral, os recursos portugueses em matéria de política externa, tendo em especial atenção a necessidade de desenvolvimento dos instrumentos de uma diplomacia económica cada vez mais activa;

A política externa portuguesa encontra-se hoje construída à volta de um conjunto de eixos cuja base consensual de sustentação é indiscutível. Pode inclusive afirmar-se que o discurso político caracterizador da política externa constitui de certo modo património consolidado do discurso político democrático.

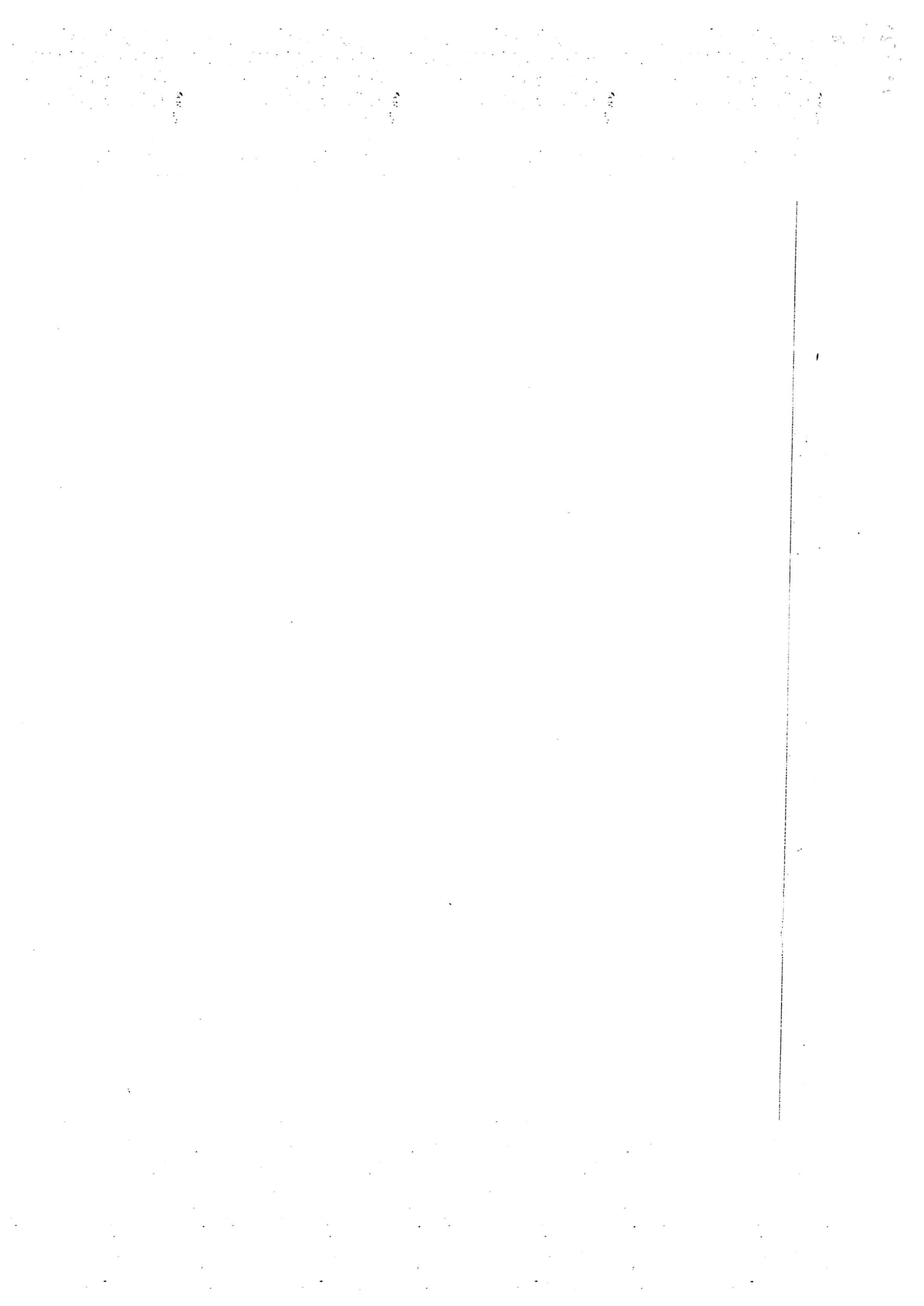
O que está portanto em causa não é tanto a capacidade de inovar ou apresentar hipóteses alternativas, mas a capacidade para definir e sobretudo de levar a cabo, em cada momento, as opções mais adequadas à defesa do interesse nacional.



É indispensável ter a noção de que a resolução dos problemas com que os Estados se debatem está cada vez mais dependente da forma como a comunidade internacional evolui. A distinção entre questões internacionais e assuntos internos esbate-se cada vez mais. Essa é, porventura, a consequência mais imediata do fenómeno da globalização.

Mas a globalização deu igualmente lugar ao aumento da interdependência, pondo em definitivo de lado o mito da auto-suficiência estadual. O facto de os problemas serem cada vez mais de "todos" e não apenas "destes" ou "daqueles", faz com que os Estados sejam avaliados em função da capacidade ou da incapacidade que demonstrem em colaborar na resolução dos problemas colectivos. A linha de separação passou assim a ser aquela que distingue entre Estados participantes e Estados passivos, entre Estados que contam e Estados dispensáveis ou despididos.

Este é um quadro de acrescida exigência para todos e cada um dos Estados, tornando imprescindível a identificação clara de objectivos e a consequente definição de uma linha de rumo estratégica. É isso que tem faltado ao nosso país nos últimos anos, conduzidos que temos sido por um Governo que age mas não reage, que vai atrás dos acontecimentos, mas não mostra capacidade de influenciar o seu sentido. É essa orientação clara que o PSD se propõe definir e aplicar no futuro, como já foi capaz de o fazer no passado.





Qualidade de Vida nas Áreas Urbanas

- Criar o Ministério das Cidades;
- Erradicar totalmente as barracas no espaço de 3 anos;
- Relançar um Programa Especial de Recuperação de Habitações Degradadas, em conjunto com as Áreas Metropolitanas e as Autarquias;
- Criar incentivos em empréstimos destinados à compra de fogos para arrendamento, idênticos aos de compra de casa própria, desde que tais fogos sejam arrendados com rendas limitadas;
- Fazer sair as unidades industriais ambientalmente nocivas do centro das cidades;
- Impor níveis adequados de espaços verdes e de lazer nas novas urbanizações;
- Criar um centro de análise de controlo de qualidade do ar nas principais cidades, que conte com a participação das associações de consumidores;
- Lançar um programa de apoio à elaboração de planos de urbanização, em todas as capitais de distrito, que contemplem a existência de equipamentos nas áreas de desporto, cultura e lazer e salvaguarda e protecção do património cultural;
- Instalar sistemas informáticos de regulação de trânsito urbano;
- Disponibilizar terrenos do Estado para habitação urbana;
- Generalizar o sistema de parqueamentos periféricos e urbanos;
- Não deixar descaracterizar as zonas urbanas consolidadas;
- Apoiar o desenvolvimento das cidades médias;
- Acelerar o processo de construção dos Metropolitanos do Porto e da Margem Sul de Lisboa;
- Fazer a ligação ferroviária Fogueteiro - Pinhal Novo;

- Estender a rede de eléctricos rápidos na zona da Grande Lisboa, de modo a abranger Algés, Mirafleres, Carnaxide, Alfragide e Amadora;
- Construir um novo corredor ferroviário Malveira - Loures - Lisboa;
- Concluir a CRIL;
- Concluir as Vias de Cintura Interna e Externa do Porto;
- Duplicar a rede de Metropolitano levando-a, designadamente, a Campolide.

A par da necessidade de orientar uma política de crescimento e reforço das cidades médias, criando emprego e qualificando os recursos humanos, é primordial que dediquemos plena atenção aos problemas que já hoje se colocam nas grandes cidades, nomeadamente nos seus subúrbios.

Entendemos que a complexidade dos problemas é tal que se justifica a criação de um Ministério das Cidades que, em conjunto com as Juntas Metropolitanas e as Câmaras Municipais, possa resolver no curto prazo os nossos principais problemas.

É sobremaneira urgente que estes problemas venham a ser solucionados, pois neste momento os subúrbios apresentam-se sem qualquer qualidade de vida, permitindo o aparecimento de formas de violência, exclusão e conflitos sociais.



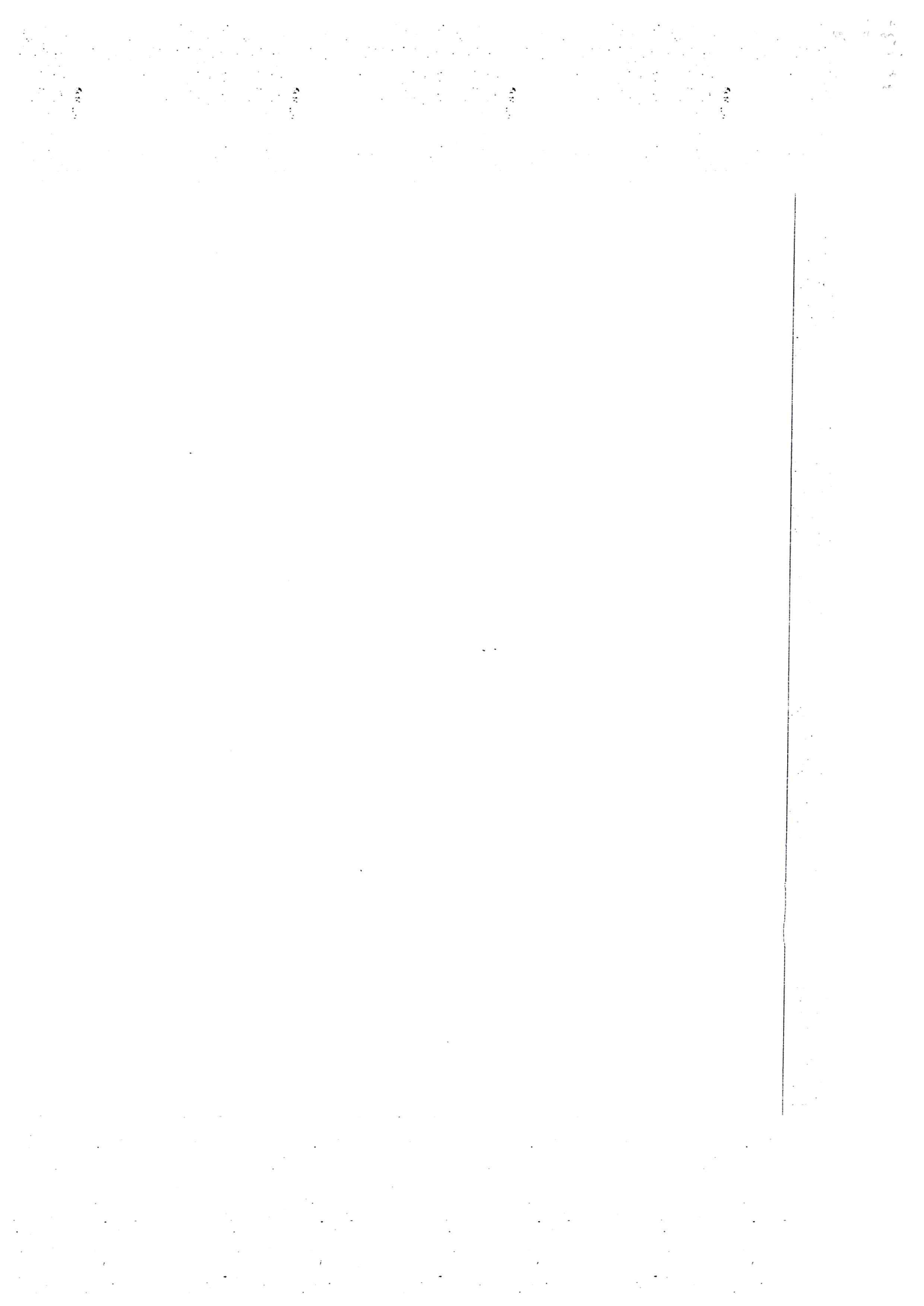
Regiões Autónomas

- Rever a Lei de Finanças das Regiões Autónomas;
- Incrementar a política de regionalização e descentralização de competências nos serviços públicos, designadamente com o processo de regionalização dos serviços tributários e dos denominados serviços administrativos da Justiça;
- Garantir a suficiência dos recursos financeiros necessários para financiar as novas competências e atribuições de funções que venham a ser descentralizadas e que passem para a responsabilidade dos orçamentos das Regiões Autónomas;
- Aplicação dos princípios da continuidade territorial e da subsidiariedade nas relações entre o Estado e as Regiões, designadamente nos sectores dos transportes, comunicações, energia, educação, cultura, desporto, saúde e segurança social;
- Garantir o acesso das Regiões Autónomas aos programas e iniciativas com apoio financeiro da União Europeia, muito em especial aos que se prendem com as regiões ultraperiféricas.

O PSD foi sempre o principal defensor da causa das autonomias regionais e tem, nos mais diversos momentos, liderado a busca das soluções adequadas às evidentes especificidades dos Açores e da Madeira.

Entendemos o modelo autonómico como algo que continua em aberto, susceptível de melhorias e de aprofundamentos, pois mau-grado os progressos registados e o desenvolvimento conseguido, as Regiões Autónomas continuam a debater-se com problemas de monta cuja resolução deve buscar-se, em primeira linha, ao nível das próprias Regiões.

Por isso, hoje como no passado, o PSD continua apostado em fortalecer as autonomias. Acreditamos que a solução para os problemas da autonomia só pode encontrar-se em mais autonomia. Um reforço que, na perspectiva do PSD, só encontra limite no respeito pelo princípio da unidade nacional.





Segurança

- Desenvolver um plano operacional de modo a garantir, em caso de ocorrência, a presença de agentes no prazo máximo de 20 minutos, nos casos das grandes áreas metropolitanas, e 40 minutos, em áreas de predominância rural;
- Colocar funcionários civis a executar as tarefas administrativas e burocráticas, desse modo libertando adicionais meios operacionais;
- Criar incentivos fiscais, em sede de IRS, para o investimento em sistemas de protecção própria (alarmes, blindagens de portas, etc.);
- Garantir às forças de segurança um plano plurianual de investimentos;
- Dotar as forças policiais dos meios auto e aéreos que as condições actuais exigem;
- Dotar as forças de segurança dos meios audio visuais que facilitem a detecção de infracções e a instrução de processos;
- Reforçar as patrulhas motorizadas e aumentar as patrulhas apeadas dando-lhes forte visibilidade;
- Reabilitar o SIS, devolvendo-lhe uma capacidade que permita o pleno desenvolvimento da sua acção;
- Tornar mais expeditos os processos de julgamento das contravenções e das contra-ordenações;
- Rever todo o procedimento relativo aos delitos praticados por menores, de forma a evitar que sejam o instrumento de actuação de bandos organizados;
- Implementar um ambicioso Plano de Prevenção Rodoviária, articulando os aspectos da educação, da sensibilização e da repressão com o objectivo de, no prazo de uma legislatura, reduzir para metade a sinistralidade rodoviária.

A gestão política que o actual governo tem feito de uma área tão sensível quanto a segurança é bem demonstrativa da sua falta de sentido de Estado. Não há de facto memória de, no nosso país, o governo se ter demitido tão inaceitavelmente da sua função como nos últimos anos.

O PSD quer pôr fim a essa tendência. Não queremos um Estado autoritário. Mas queremos devolver a autoridade ao Estado. Para isso é indispensável fortalecer as forças de segurança, devolvendo-lhes motivos de orgulho e confiança em si próprias e inculcando-lhes um correcto sentido de responsabilidade.

O sentimento de segurança tem de se fundar no respeito e confiança que as polícias inspirem. As condições de credibilidade pela prontidão na assistência em qualquer tipo de intervenção, de eficiência dos meios e eficácia da acção, transmitindo confiança às pessoas, será o principal objectivo.

Por outro lado, a rapidez de execução das tarefas também trará um sentimento de autoridade acrescido quer à população, quer às forças da ordem.



Sociedade de Informação

- Definir um Plano de acção para a Economia Digital, a apresentar no início da legislatura;
- Criar, na orgânica governamental, um responsável com funções de coordenação das políticas da Economia Digital, directamente dependente do Primeiro-Ministro;
- Promover a criação de 5 pólos regionais de Economia Digital, nas regiões mais desfavorecidas de Portugal, nas quais serão criadas condições especiais para a instalação de Empresas de Tecnologia de Informação e Comunicação;
- Apoiar a criação e desenvolvimento da indústria nacional de software;
- Criar uma autoridade de certificação, sem a qual a legislação sobre factura e assinatura digital nada valerá;
- Apoiar a comercialização de produtos e serviços portugueses para o mercado global, através da Internet;
- Criar o Certificado de Qualidade para conteúdos digitais portugueses;
- Criar incentivos que propiciem o nascimento de lojas e praças virtuais;
- Utilizar a Internet para aproximar a Administração Pública dos cidadãos aumentando a velocidade no atendimento através da criação de “guichets” virtuais;
- Apostar na digitalização de conteúdos nacionais do Estado e na sua disponibilização gratuita na Internet, para fins não comerciais.

Para vencer na Economia Digital, é indispensável uma visão sobre o futuro que queremos para Portugal neste mundo em acelerada mudança de paradigma, bem como de uma estratégia clara e, sobretudo de liderança política.

Dinamizada a convergência entre telecomunicações, informática e conteúdos, a economia digital oferece uma oportunidade única aos países que compreendam a sua importância e se mobilizem para dar respostas eficazes.

O mercado nacional é demasiado pequeno para se basear apenas na sua economia e recursos domésticos - as empresas portuguesas terão necessariamente de pensar cada vez mais em termos globais.

Portugal tem tido um percurso notável ao nível do consumo de tecnologias. A realidade é bem diferente, infelizmente, na taxa de incorporação de novas tecnologias nas empresas. O grande perigo é que os portugueses passem rapidamente a comprar digital, mas sem que este comércio seja comandado ou gerido por empresas nacionais.

Para tal, a aposta no comércio electrónico é determinante. Tido como o mais significativo desenvolvimento da Internet, estima-se que o volume de comércio electrónico em todo o Mundo atingiu em 1997 os 9 biliões de dólares. No ano 2000, atingirá cerca de 200 a 300 biliões, segundo os mais recentes estudos.

A nossa visão aponta para Portugal como uma plataforma privilegiada de ligação e conexão entre a Europa e o Brasil, a Europa e a Ásia. O nosso objectivo é fazer de Portugal um centro de excelência mundial na produção e exportação de software, situando-o no grupo dos dez maiores produtores e exportadores neste campo. O grande desafio é, a par dos conteúdos e do software portugueses, reconverter todas as PME's para a Economia Digital.



Solidariedade Social

- Lançar uma Campanha Nacional dirigida para a situação das pessoas portadoras de deficiência, tendo como objectivos a sensibilização para os problemas que enfrentam e a criação de soluções visando a sua plena integração na sociedade;
- Lançar, quer nos espaços urbanos quer no interior, um conjunto de programas de combate à exclusão social delimitados em função dos grupos alvo: crianças em risco, toxicodependentes, minorias étnicas, desempregados de longa duração, etc.
- Criar programas específicos de combate à exclusão social nos bairros degradados das Áreas Metropolitanas;
- Criar consultas especiais para idosos em todos os Centros de Saúde;
- Duplicar até ao ano 2003 a actual rede de Apoio Domiciliário;
- Criar Observatórios Sociais que integrem as organizações da sociedade civil, para avaliarem e ajudarem a actuação do Estado;
- Criar um Seguro Familiar de Emergência Social, para evitar graves situações de pobreza e exclusão;
- Dar maiores estímulos aos empregadores na criação de emprego para pessoas deficientes;
- Estimular o tele-trabalho, nomeadamente por deficientes;
- Rever e melhorar o apoio a deficientes;
- Dar maiores incentivos financeiros às famílias monoparentais;
- Contratualizar com IPSS formação para os seus trabalhadores.

Importa identificar no País quais os espaços e comunidades sem condições de vida condignas e definir um plano nacional estratégico contra a exclusão, bem como apostar na investigação social.

As políticas sociais deverão privilegiar a família, salvaguardando e reforçando as relações de solidariedade e estimulando a criação e desenvolvimento de um "sistema informal de cuidados", bem como a negociação com seguradoras de um "Seguro Familiar de Emergência Social", orientado para situações específicas de pobreza e exclusão. Outra medida passará pela criação de um programa articulando diversos parceiros sociais, no sentido da conciliação da vida familiar com a vida profissional.

Torna-se ainda fundamental criar condições legais para a participação das organizações de pessoas com deficiência na definição e aplicação de políticas de reabilitação. As "Regras Gerais sobre Igualdade de Oportunidades para as Pessoas com Deficiência" - estabelecidas pelas Nações Unidas - deverão ser o fundamento de uma revisão da Lei de Bases da Reabilitação. O público em geral e os empregadores em particular deverão ser sensibilizados para a problemática da deficiência e estimulados a criar condições de desenvolvimento integrado e emprego para pessoas com deficiência.

O aumento da esperança média de vida, a alteração da estrutura familiar e a distribuição demográfica do País vieram alterar as necessidades do apoio aos mais carenciados.

O Estado deve adoptar medidas simples de concretização rápida que definam com clareza e eficácia os diferentes parâmetros de actuação aos vários níveis: financiamento com base nos custos reais e na qualidade da prestação, definição de normas rigorosas no que respeita à construção de equipamentos.



Turismo

- Elaborar uma Lei de Bases do Turismo;
- Lançar uma ambiciosa campanha de promoção da imagem de Portugal no mundo, articulando as suas vantagens como destino turístico, a amplitude da sua oferta cultural e a qualidade dos seus produtos;
- Requalificar as áreas turísticas balneares, em especial das frentes de mar e centros urbanos;
- Recuperar o património histórico para dinamização de novos circuitos turísticos ou criação de novas estruturas de animação turística;
- Apoiar a criação de novas unidades hoteleiras com especial atenção para as que impliquem recuperação de património histórico;
- Reforçar a cooperação com o sector empresarial no domínio da formação através da sua participação no Instituto Nacional de Formação Turística;
- Realizar um programa de formação profissional para activos, em cooperação com as associações empresariais e sindicatos;
- Intensificar a cooperação com as regiões de turismo e com o sector empresarial através de programas promocionais conjuntos;
- Articular a política de turismo com a estratégia de desenvolvimento aeroportuário.

O aumento de capacidade competitiva do sector do turismo deve ser o grande desafio para os primeiros anos do próximo século.

Para o efeito, tem de se apostar decisivamente no aumento da qualidade, do profissionalismo e na diversificação de produtos e mercados.

Importa corrigir os nossos desequilíbrios estruturais respeitantes tanto à oferta como à

procura e criar novas bases de competitividade, tendo em conta a evolução ocorrida nos mercados internacionais, tanto no que diz respeito à concorrência, como ao comportamento e preferências dos consumidores. Deste modo, temos de potenciar as nossas vantagens comparativas, com vista a garantir um crescimento sustentado, o qual terá de resultar não apenas do aumento do número de turistas mas igualmente do aumento da sua despesa média diária e da redução da sazonalidade

O trabalho a desenvolver para aumentar a competitividade tem de ser realizado a todos os níveis: empresas, autarquias, regiões de turismo e organismos da administração central.

Note-se, no entanto, que apesar de haver relativamente ao futuro do sector uma responsabilidade partilhada, é nossa convicção que os principais agentes da sua evolução e desenvolvimento são as empresas.

É através da implementação das estratégias empresariais que se irá materializar quotidianamente o progresso. O futuro do turismo em Portugal depende essencialmente das empresas, da sua capacidade para tirar partido das oportunidades e de adaptação à mudança.



União Europeia

- Preparar adequadamente a Presidência da UE (e da UEO), de modo a garantir um exercício que permita contribuir activamente para a evolução do processo europeu e que reforce o prestígio internacional do país, à semelhança do que ocorreu em 1992;
- Defender intransigentemente os interesses portugueses numa perspectiva europeia;
- Pugnar pela manutenção de uma representação justa de todos os Estados membros em todas as Instituições da União Europeia;
- Pugnar pela manutenção, no Conselho, da Presidência rotativa semestral por todos os Estados membros;
- Defender que os ajustamentos à ponderação de votos no Conselho terão de ser rigorosamente avaliados, tendo em vista não baixar o limiar de votos necessários à maioria qualificada, nem prejudicar relativamente os pequenos e médios Estados;
- Defender a manutenção da regra da unanimidade para os temas de especial relevância política em termos das vontades nacionais como a revisão dos Tratados, o alargamento da União, os acordos internacionais relevantes, o regime linguístico, bem como sempre que esteja em causa o interesse vital de um Estado membro;
- Defender o alargamento da União Europeia, sem que isso possa pôr em causa os legítimos interesses portugueses;
- Pugnar para que a Comissão Europeia continue necessariamente a integrar membros de todos os Estados, sem diferenças de estatuto entre Comissários;
- Apoiar todas as medidas de cooperação entre os Estados membros que permitam aperfeiçoar os dispositivos já existentes para combater eficazmente os flagelos do crime organizado e da droga, do racismo e do terrorismo;

- **Negociar o reconhecimento da especificidade da agricultura portuguesa com o consequente apoio às suas necessidades particulares;**
- **Criar um programa específico de apoio aos sectores portugueses eventualmente afectados pelo impacto económico do alargamento a Leste;**
- **Criar um programa especial de apoio às indústrias transformadoras das pescas e de programas de apoio à modernização das frotas locais portuguesas.**

A Europa atravessa, neste final de século, um dos seus momentos mais complexos. A conflitualidade nos Balcãs, agravada ainda no decorrer do presente ano, fez regressar ao velho continente alguns dos mais perturbadores fantasmas do seu passado. Esta realidade obriga-nos a olhar para a construção europeia com nova exigência.

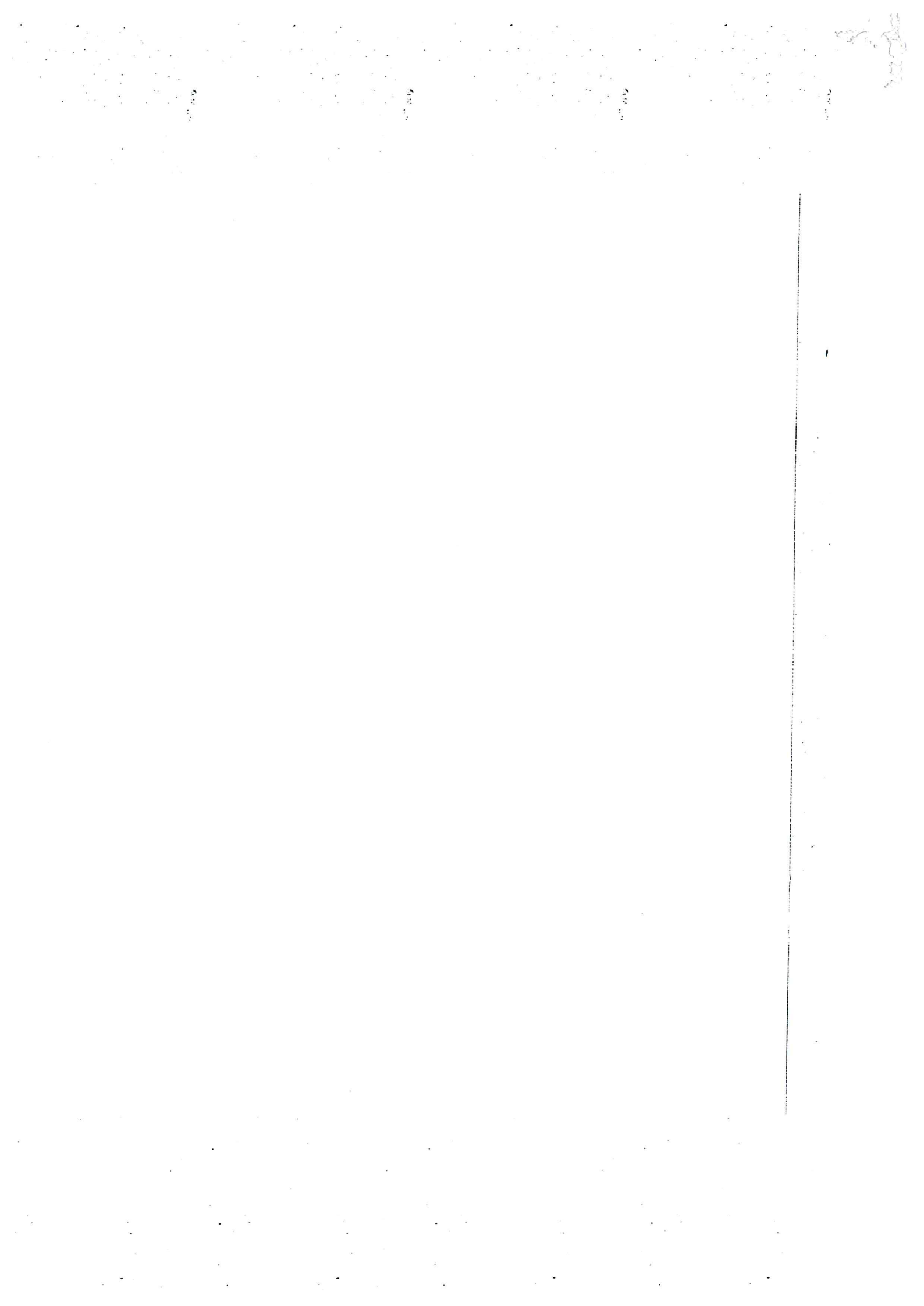
Assiste-se, por outro lado, na opinião pública de certos países a um crescente cepticismo europeu e ao reavivar de alguns egoísmos nacionais que condicionam a desejada e harmoniosa evolução do processo de integração.

O PSD tem a vontade e a capacidade de contribuir para o reforço da dinâmica de condução política do projecto europeu. Acreditamos numa União Europeia forte, o que significa Instituições eficazes - Parlamento, Conselho e Comissão - onde Portugal reforce a sua presença.

Não abdicaremos contudo da defesa intransigente da manutenção do peso dos pequenos e médios países. Como também não abdicaremos da utilização da língua portuguesa como língua oficial da União Europeia.

Índice

UMA IDEIA PARA PORTUGAL	3
Introdução	
1- Um programa diferente	9
2- A Coragem das Reformas	11
3- Um Estado ao serviço das Pessoas	12
Cinco Compromissos Urgentes	15
O Futuro não pode esperar - A Coragem das Reformas	
Saúde	21
Segurança Social	23
Educação	25
Fiscalidade	29
Justiça	31
Estado e organização do poder político	33
Administração Pública	35
O Estado ao serviço das Pessoas	
Acessibilidades	39
Agricultura, Pescas e Mundo Rural	41
Ambiente	45
Apoio às PME's	47
Combate à Desertificação	49
Comunidades Portuguesas	51
Cultura	53
Defesa Nacional	55
Desporto	57
Emprego e Formação Profissional	59
Juventude	61
Luta contra a Droga	63
Política Económica e Financeira	65
Política Externa	69
Qualidade de vida nas Áreas Urbanas	73
Regiões Autónomas	75
Segurança	77
Sociedade de Informação	79
Solidariedade Social	81
Turismo	83
União Europeia	85



“Não me conformo com um governo que se limita a “navegar” à vista, ignorando por completo a necessidade de preparar Portugal para as profundas e cada vez mais rápidas mudanças do sistema económico internacional. Um governo que se demitiu, em absoluto, de formular um projecto ou uma ideia directriz, deixando assim “às escuras” os decisores nacionais, que se vêem privados de um quadro global de referência e que são naturalmente penalizados quando, em confronto com concorrentes internacionais, assistem à perda relativa dos factores de competitividade de Portugal no plano externo.

Acredito que importa contrapor a este estado de coisas **uma ideia para Portugal**. Que é necessário e indispensável uma linha de condução estratégica. Que Portugal tem de encontrar os consensos que lhe permitam reequacionar a sua posição e vocação próprias e projectar os seus interesses como Nação num mundo cada vez mais interdependente e globalizado.”

José Manuel Durão Barroso



